

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ITANAJARA NEVES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL
AS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL NAS CAPITAIS
BRASILEIRAS**

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Leite Lima

Porto Alegre
2015

ITANAJARA NEVES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL
AS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL NAS CAPITALS
BRASILEIRAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Leite Lima

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Neves, Itanajara

Políticas Públicas de desenvolvimento econômico local: as agências de desenvolvimento econômico local nas capitais brasileiras / Itanajara Neves. -- 2015. 87 f.

Orientadora: Luciana Leite Lima.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Políticas Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Políticas Públicas. 2. Desenvolvimento Econômico Local. 3. Desenvolvimento Local. 4. Agências de Desenvolvimento Local. I. Lima, Luciana Leite, orient. II. Título.

ITANAJARA NEVES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL
AS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL NAS CAPITAIS
BRASILEIRAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Polícias Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Leite Lima

O trabalho foi aprovado pelos membros da banca examinadora, obtendo nota "A".

Examinado em 15 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Leite Lima (Orientadora)
Departamento de Sociologia/UFRGS

Profa. Dra. Vanessa Marx
Departamento de Sociologia/UFRGS

Prof. Dr. Sandro Ruduit Garcia
Departamento de Sociologia/UFRGS

Aos futuros contingentes...

AGRADECIMENTOS

Hoje, assim como será no meu último instante, meu coração bate com gratidão ao meu Criador, tal como outrora o fez Maria, a Mãe de Deus:

[...] Μεγαλύνει ἡ ψυχὴ μου τὸν κύριον,
καὶ ἠγαλλίασεν τὸ πνεῦμά μου ἐπὶ τῷ θεῷ τῷ σωτήρῳ μου:
ὅτι ἐπέβλεψεν ἐπὶ τὴν ταπείνωσιν τῆς δούλης αὐτοῦ, ἰδοὺ γὰρ ἀπὸ τοῦ νῦν μακαριοῦσίν με
πᾶσαι αἱ γενεαί:
ὅτι ἐποίησέν μοι μεγάλα ὁ δυνατός, καὶ ἅγιον τὸ ὄνομα αὐτοῦ,
καὶ τὸ ἔλεος αὐτοῦ εἰς γενεὰς καὶ γενεὰς τοῖς φοβουμένοις αὐτόν.
Ἐποίησεν κράτος ἐν βραχίονι αὐτοῦ, διεσκόρπισεν ὑπερηφάνους διανοίᾳ καρδίας αὐτῶν:
καθεῖλεν δυνάστας ἀπὸ θρόνων καὶ ὕψωσεν ταπεινούς,
πεινῶντας ἐνέπλησεν ἀγαθῶν καὶ πλουτοῦντας ἐξαπέστειλεν κενούς.
ἀντελάβετο Ἰσραὴλ παιδὸς αὐτοῦ, μνησθῆναι ἐλέους,
καθὼς ἐλάλησεν πρὸς τοὺς πατέρας ἡμῶν, τῷ Ἀβραάμ καὶ τῷ σπέρματι αὐτοῦ εἰς τὸν αἰῶνα.
Λουκάς, 1, 44-55

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, de modo particular, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, por poder aprofundar minha formação nos últimos 16 anos e, agora, concluindo o Bacharelado em Políticas Públicas.

Agradeço profundamente à minha orientadora no presente trabalho, Profa. Dra. Luciana Leite Lima, pela oportunidade de participar de sua pesquisa e por poder contar com a sua orientação efetiva e eficaz.

Agradeço aos demais professores que contribuem, cada um com a sua especificidade, para a formação de novos analistas de Políticas Públicas.

Aos amigos Alessandra Ferreira e Luiz Santos da Silva, que vêm caminhando comigo.

À minha família, todos vivos na minha vida.

À Magdalini Kounenis, pela presença constante.

*Last, but not least**, a José Carlos V. S. Camboim com meu pedido de desculpas pela minha ausente presença.

* SHAKESPEARE. Julius Caesar, III, i, 189.

Far from being a burden, sustainable development is an exceptional opportunity - economically, to build markets and create jobs; socially, to bring people in from the margins; and politically, to give every man and woman a voice, and a choice, in deciding their own future.
Kofi Annan

Como o beijo que o fogo dá na pólvora...
Itanajara Neves

RESUMO

O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo do que quantitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a locação dos recursos pelos diferentes setores da economia para melhorar os indicadores de bem estar econômico e social. Seus determinantes básicos são (i) a organização da produção, (ii) a difusão das inovações, (iii) a dinâmica territorial e urbana, e (iv) o desenvolvimento das instituições. Uma das estratégias possíveis para fomentar o desenvolvimento são as agências de desenvolvimento local. O objetivo geral do presente estudo é verificar a existência e, em caso afirmativo, sua configuração básica, de agências de desenvolvimento econômico local nas capitais brasileiras, excetuando-se Porto Alegre/RS. Compreende-se que a presente pesquisa se justifica em virtude de sua atualidade e pelo fato de as agências de desenvolvimento local poderem ser consideradas uma estratégia inovadora para o desenvolvimento econômico focado no território, identificando e explorando seus recursos e potencialidades articulando oportunidades de investimento. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e a pesquisa em meio eletrônico em sites de bibliotecas, repositórios digitais e sites de prefeituras municipais. Ao final da pesquisa, foram identificadas nove agências de desenvolvimento econômico local em capitais brasileiras, das quais seis estão consolidadas, uma foi criada há menos de seis meses e outras duas estão em fase de estudos e organização de ações e projetos. A maior parte foi criada na primeira década do século XXI. A natureza jurídica das agências identificadas, em sua maioria, é de Direito Público, mas a parceria público-privada é uma característica predominante na configuração das agências elencadas.

Palavras-Chave: Desenvolvimento local. Agências de desenvolvimento econômico. Políticas públicas.

ABSTRACT

Economic development is a qualitative concept, including changes in the product composition and location of resources among different sectors of the economy to improve the indicators of economic well-being and social. Their basic determinants are (i) the organization of production, (ii) the diffusion of innovations, (iii) the territorial and urban dynamics, and (iv) the development of institutions. One of the possible strategies to foster development are the local development agencies. The general objective of this study is to verify the existence and, if so, their basic configuration, the local economic development agencies in Brazilian capital cities, except Porto Alegre / RS. This research is justified because its theme is present and because the local development agencies are an innovative strategy for territorial economic development, identifying and exploiting its resources and potential articulating investment opportunities. The methodology used was a literature review and research in the electronic media in libraries sites, digital repositories and local government's sites. At the end of the survey, have identified nine local economic development agencies in Brazilian capitals.

Key Works: Local development. Economic development agencies. Public policies.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Fatores decisivos para o desenvolvimento local.	26
Figura 2 Modelo do Pentágono - ações para melhorar a resposta local	37
Figura 3 Organograma da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A	55
Figura 4 Organograma da SP Negócios.....	57
Figura 5 Organograma da Companhia de Desenvolvimento de Vitória	60
Figura 6 Estrutura Organizacional da PM de Belo Horizonte	63
Figura 7 Metas para a gestão 2013-2016	65
Figura 8 Estrutura Organizacional da SEDES.....	66
Figura 9 Organograma da SMDE.....	71
Figura 10 Mapa político do Brasil com a localização das agências.....	75

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Composição do Conselho de Inovação	50
Quadro 2 Composição do Conselho de Inovação 2012-2015	51
Quadro 3 Criação e situação.....	73
Quadro 4 Natureza Jurídica	73
Quadro 5 Portal	74
Quadro 6 Presença em outras mídias	74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL	16
2.1 Crescimento Econômico x Desenvolvimento Econômico	16
2.1.1 Crescimento Econômico	16
2.1.2 Desenvolvimento Econômico	18
2.2 O desenvolvimento econômico local.....	21
2.2.1 Determinantes do desenvolvimento econômico	24
2.2.2 O território	26
2.2.3 Os atores.....	28
2.2.4 O entorno inovador.....	30
2.2.5 Políticas públicas de desenvolvimento local	33
3 PESQUISAS REALIZADAS SOBRE O TEMA.....	39
4 AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAIS NAS CAPITALS DO BRASIL	44
4.1 Agências de Desenvolvimento Econômico	44
4.2 A experiência em Florianópolis/SC	49
4.3 A experiência em Curitiba/PR	53
4.4 A experiência em São Paulo/SP	56
4.5 A experiência no Rio de Janeiro/RJ	58
4.6 A experiência em Vitória/ES.....	58
4.7 A experiência em Belo Horizonte/MG	60
4.8 A experiência em Salvador/BA.....	64
4.9 A experiência em João Pessoa/PB	66
4.10 A experiência em Fortaleza/CE.....	69
5 ANÁLISE DOS DADOS.....	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80
ANEXO 1 <i>Quadro comparativo entre as agências identificadas</i>.....	87

1 INTRODUÇÃO

Não é uma afirmação propriamente inédita afirmar que o desenvolvimento econômico é um dos grandes desafios enfrentados pelos Estados contemporâneos. Tanto que essa questão ganha destaque nas agendas e as ações não apenas dos governantes e empresários, mas também de diversos setores da sociedade, além de pesquisadores, políticos, etc. Na verdade, é uma questão que há séculos os economistas vêm analisando.

Observando-se a realidade, não é difícil constatar que alguns países ou regiões apresentam maior desenvolvimento econômico que outros. Entretanto, compreender quais os fatores que aceleram ou retardam esse crescimento não é algo óbvio nem mesmo fácil. Afinal, como explicar a estagnação ou o avanço econômico de uma região ou país? Quais seriam os fatores determinantes do desenvolvimento econômico? Há estratégias capazes de fomentar o desenvolvimento local aproveitando sua própria potencialidade, as características e recursos locais? Qual seria o papel do setor público nesse processo? Tentando responder essas questões, a presente pesquisa tem por escopo a agência de desenvolvimento econômico local enquanto estratégias de desenvolvimento.

O objetivo geral do presente estudo é verificar a existência e, em caso afirmativo, sua configuração básica, de agências de desenvolvimento econômico local nas capitais brasileiras, excetuando-se Porto Alegre/RS em razão de ser objeto de pesquisa anteriormente posta em execução por uma colega de graduação, Gianna Vargas Reis Salgado Dias, que estuda o Gabinete de Inovação e Tecnologia (Inovapoa), criado em 2009, que “como missão desenvolver políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação e articular parcerias institucionais para promoção do crescimento sustentável, geração de renda e inclusão socioeconômica no Município de Porto Alegre” (Fonte: <http://www.inovapoa.com/>). A presente pesquisa deu-se entre os meses de agosto e novembro de 2015.

Seus objetivos específicos são (i) expor, em traços largos, o cenário teórico do desenvolvimento econômico local e seus conceitos básicos; (ii) apresentar alguns estudos que têm sido realizados com relação a agências de desenvolvimento local; e (iii) verificar a existência e a configuração básica das agências de desenvolvimento

econômico local existentes nas capitais brasileiras. O presente estudo faz parte da pesquisa “Análise das Políticas de Desenvolvimento Econômico No Nível Municipal De Governo: Um Estudo Das Experiências Das Capitais Brasileiras”, coordenada pela Professora Doutora Luciana Leite Lima.

Compreende-se que a presente pesquisa se justifica em virtude de sua atualidade e pelo fato de as agências de desenvolvimento local poderem ser consideradas uma estratégia inovadora para o desenvolvimento econômico focado no território, identificando e explorando seus recursos e potencialidades articulando oportunidades de investimento.

O trabalho está dividido basicamente em quatro partes, não sendo consideradas entre elas a Introdução e as Considerações Finais.

Na primeira parte, ou seja, o segundo capítulo, é apresentada a fundamentação teórica, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica descritiva a fim de precisar conceitos e sedimentar a fundamentação teórica do estudo a ser desenvolvido.

Na segunda parte, isto é, o terceiro capítulo, fez-se uma breve revisão das pesquisas envolvendo o mesmo tema. Aqui procedeu-se à pesquisa, também em meio eletrônico, de outros estudos que tivessem o mesmo tema, podendo ser artigos, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses. O objetivo é apresentar uma amostra das atuais pesquisas que têm sido realizadas no meio acadêmico sobre as agências de desenvolvimento econômico local voltadas às políticas de desenvolvimento industrial, tecnológico, etc. Não serão consideradas ações voltadas à economia solidária, agricultura, etc.

Na terceira parte, que é o quarto capítulo, listou-se as capitais dos estados brasileiros a fim de identificar a existência ou não de agências de desenvolvimento local. Isso deu-se por procura nos sites de cada capital a fim de verificar se havia alguma instituição que se configurasse como um agente/ator de desenvolvimento econômico local. Utilizando-se dados secundários coletados junto às agências existentes, coletou-se informações referentes ao seu ano de criação, a legislação pertinente, os atores envolvidos, etc. É importante observar que foram selecionadas como objeto do presente estudo unicamente agências de desenvolvimento local cujo escopo fosse o desenvolvimento econômico voltado ao incremento da inovação

tecnológica, empresarial e industrial, sendo descartadas as possibilidades de agências de desenvolvimento social voltadas à economia solidária, tais como as associações de artesanato, de economia de subsistência etc. Para tal, lançou-se mão exclusivamente de dados públicos, de acesso irrestrito, de modo que o presente estudo possa ser replicado ou verificado, quando desejado, ou ser atualizado futuramente, se for o caso. A pesquisa deu-se em meio eletrônico.

Na quarta parte, ou seja, o quinto capítulo, procedeu-se a análise dos dados apresentados anteriormente.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

No presente capítulo, far-se-á a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico a fim de se obter maior precisão conceitual. Pela mesma razão, serão expostos as características e fatores do desenvolvimento econômico local.

2.1 Crescimento Econômico x Desenvolvimento Econômico

Um primeiro ponto a ser assinalado é que, embora muitas vezes possam ser utilizados de modo equívoco, crescimento econômico e desenvolvimento econômico não são sinônimos. Por essa razão, esses conceitos devem ser precisados.

2.1.1 Crescimento Econômico

Considerando-se que o conceito de crescimento econômico não é unívoco, convém que se apresente algumas formulações do mesmo por meio da exposição de autores respeitáveis na área da Economia, tal como segue.

Segundo Paulo Cesar Milone, um dos colaboradores do *Manual de Economia* de autoria dos professores da Universidade de São Paulo – USP, compreende-se por crescimento econômico o “aumento contínuo ao longo do tempo do produto nacional tanto termos globais ou per capita. Este critério implica também uma melhor eficiência do sistema produtivo” (MILONE, 1992, p. 470).

Na mesma linha de pensamento, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos e Manuel E Garcia, autores da obra *Fundamentos de Economia*, afirmam que crescimento econômico é o “crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo” (VASCONCELLOS; GARCIA, 2008, p. 255).

Os economistas Paul Krugman e Maurice Obstfeld definem o crescimento econômico do seguinte modo:

O crescimento implica um deslocamento para fora da fronteira de possibilidade de produção de um país. Este crescimento pode ser consequência do incremento dos recursos de um país, o da melhoria da eficiência com que se utilizam esses recursos. (KRUGMAN; OBSTEFELD, 1998, p. 97)¹

De um modo simples e resumido, Joseph Schumpeter afirma que o crescimento da economia é “demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza” (SCHUMPETER, 1998, p. 74). Schumpeter dá início à sua explicação acerca das atividades econômicas num cenário de crescimento econômico sem desenvolvimento descrevendo-as como o que ele chama de fluxo circular em que o movimento se dá de modo rotineiro e ordenado, tal como descreve a seguir:

[...] o fluxo circular dos períodos econômicos - que é o mais notável dos ritmos econômicos - marcha relativamente rápido e como em todo período econômico ocorre essencialmente a mesma coisa, o mecanismo da troca econômica se opera com grande precisão. Os períodos econômicos passados governam a atividade do indivíduo [...] Todos os períodos precedentes, ademais, emaranharam-no numa rede de conexões econômicas e sociais da qual ele não pode livrar-se facilmente. Legaram-lhe meios e métodos de produção definidos. Tudo isso o mantém firmemente na sua trilha com grilhões de ferro. [...] Os dados podem mudar e todos agirão de acordo com essa mudança, logo que for percebida. Mas todos se apegarão o mais firmemente possível aos métodos econômicos habituais e somente se submeterão à pressão das circunstâncias se for necessário. Assim, o sistema econômico não se modificará arbitrariamente por iniciativa própria, mas estará sempre vinculado ao estado precedente dos negócios. (SCHUMPETER, 1998, p. 26-28)

Neste cenário, os agentes econômicos seriam passivos e a economia estaria em equilíbrio não sofrendo qualquer impacto significativo de eventos externos, que, caso existam, seriam absorvidos pelo fluxo circular. Assim, não ocorreriam em mudanças estruturais no sistema e o seu movimento se manteria constante e sem sobressaltos. Desse modo, quem promove as mudanças e, então, o crescimento, são os consumidores, pois os empresários reagem às suas demandas.

¹ No original, em espanhol: “El crecimiento económico implica un desplazamiento hacia afuera de la frontera de posibilidades de producción de un país. Este crecimiento puede ser consecuencia del incremento de los recursos de un país, o de la mejora de la eficiencia con que se utilizan esos recursos”.

Em suma, para Schumpeter, o crescimento econômico sem o desenvolvimento se apresenta como um sistema de fluxo circular de equilíbrio, em que toda a atividade econômica se comporta de maneira idêntica em sua essência, em uma repetição contínua, cujas variáveis econômicas apenas se alteram em função da alteração nos dados demográficos (SCHUMPETER, 1998).

2.1.2 Desenvolvimento Econômico

Ao longo do tempo, o termo “desenvolvimento” recebeu significados muito diferentes, o seu sentido atual remonta ao pós-guerra. Compreender a teoria do desenvolvimento em cada contexto significa entendê-lo como uma resposta aos problemas e argumentos em cada época (PIETERSE, 2010). Por essa razão, compreende-se a necessidade de se apurar a noção de desenvolvimento econômico a partir do pensamento de diversos economistas a fim de se ter uma visão amplificada do assunto que se está tratando.

Para Paulo Cesar Milone, o conceito de desenvolvimento econômico é mais complexo do que o de crescimento econômico em razão de que não se restringe às alterações de caráter meramente quantitativo dos níveis do produto nacional, mas compreende também “as modificações que alteram a composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia” (MILONE, 1992, p. 470).

Ao abordar o desenvolvimento econômico, Schumpeter afirma:

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. (SCHUMPETER, 1998, p. 74)

Segundo Schumpeter, o desenvolvimento é marcado pela ruptura da normalidade do fluxo circular, uma ruptura do equilíbrio ou uma perturbação. Ao contrário do que se pode observar no fluxo circular, no desenvolvimento

econômico, as empresas não são passivas, mas são agentes das mudanças que “aparecem na esfera da vida industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais” (SCHUMPETER, 1998, p. 75), conforme o referido economista explica abaixo:

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. [...] Essas mudanças espontâneas e descontínuas no canal do fluxo circular e essas perturbações do centro do equilíbrio aparecem na esfera da vida industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais. (SCHUMPETER, 1998, p. 75)

Em outras palavras, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico se dá em função de uma ruptura com o fluxo circular, com um evento de descontinuidade e não em uma ordenada rotina de atividades econômicas que apenas responde à demanda. A ruptura se dá pela atividade empreendedora do empresário que provoca a mudança econômica pela inovação rompendo paradigmas produtivos.

De acordo com Vasconcellos e Garcia:

O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a locação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia). (VASCONCELLOS; GARCIA, 2008, p. 255)

Carlos Águedo Nagel Paiva e André Moreira Cunha, autores do manual *Noções de Economia*, editado pela Fundação Alexandre Gusmão - FUNAG, afirmam que o “desenvolvimento deve ser entendido como um processo que engloba pelo menos duas dimensões: o crescimento de longo prazo da renda per capita, a melhoria nas condições de vida da população” (PAIVA; CUNHA, 2008, p. 225).

Amartya Sen (2000) concebe o desenvolvimento enquanto um processo de expansão das liberdades reais das quais as pessoas desfrutam, o que contrasta com uma visão mais estreita de desenvolvimento, segundo a qual este seria o crescimento do produto interno bruto, ou o aumento dos rendimentos pessoais, ou a industrialização, ou o avanço tecnológico, ou ainda a modernização social. Para o autor, as liberdades dependem também de outros fatores determinantes, tais como medidas sociais e econômicas como, por exemplo, instalações para educação e

saúde, e direitos civis e políticos, como a liberdade para participar da discussão pública, etc. (SEN, 2000).

Assim, segundo Sen, a concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do produto interno bruto e outras variáveis relacionadas à renda, e, sem ignorar a importância do crescimento econômico, deve-se olhar bem para além dele (SEN, 2000). Isto porque, conforme pensa Muls, um ponto bastante relevante a considerar é que o processo de desenvolvimento econômico acarreta transformações não apenas nos modos de produção e inovação tecnológica, mas também nas instituições sociais, políticas e econômicas (MULS, 2008).

Jan Nederveen Pieterse, citando David Korten, o mesmo autor define desenvolvimento como sendo o processo pelo qual os membros de uma sociedade aumentam suas capacidades pessoais e institucionais de mobilizar e gerenciar recursos para produzir melhorias sustentáveis e justamente distribuídas nas suas qualidades de vida, consistentes com suas próprias aspirações (PIETERSE, 1998).

De acordo com Vazquez Baquero (2001), nas últimas duas décadas do século XX, o conceito de desenvolvimento econômico passou por uma mudança de enfoque. Partindo-se de uma concepção de desenvolvimento exógeno, de carácter redistributivo, cujo objetivo era atrair capital e empresas externas a fim de impulsionar o crescimento econômico das regiões periféricas, no final do século passado, começa-se a focar o desenvolvimento endógeno, ou seja, aquele que se dá a partir do próprio potencial de desenvolvimento local, que pode ser encontrado no território em questão.

Desse modo, ocorre o reconhecimento da relevância do papel desempenhado pelas empresas locais nos processos de crescimento e mudança estrutural, visto que impulsionam a formação de externalidades e, assim, rendimentos e desenvolvimento econômico. Outro ponto a ser considerado, segundo Vazquez Barquero, é o fato de que as iniciativas locais se tornaram uma das formas preferenciais da política de desenvolvimento, o que fortaleceu os fatores imateriais de desenvolvimento e a organização do território, etc.

2.2 O desenvolvimento econômico local

Gal Alin-Mihai afirma que o desenvolvimento econômico local é um conceito bastante amplo e representa o processo de associação de fatores responsáveis de todos os setores: governo, ambiente de negócios e da sociedade civil com a finalidade de criar condições favoráveis para o crescimento econômico e a criação de novos postos de trabalho. Esses esforços devem ser orientados, eventualmente, para um propósito único, ou seja, para aumentar o bem-estar da população (ALIN-MIHAI, 2010).

Segundo Alin-Mihai (2010), os princípios do desenvolvimento econômico local foram colocados em prática nos anos 1970, quando foi estabelecido como meta o desenvolvimento da base econômica do território e da força de trabalho através do estudo de situação econômica inicial da localidade; remoção de barreiras no caminho do desenvolvimento econômico e dos investimentos e elaborar o planejamento de programas e projetos que visam remover os obstáculos que impedem a atração de investimentos.

Vazquez Barquero define desenvolvimento econômico local como um processo de crescimento e mudança estrutural que conduz à melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou região por meio da utilização do próprio potencial de desenvolvimento existente em seu território (VAZQUEZ BARQUERO, 2000). O desenvolvimento local pode ser classificado em endógeno e exógeno.

O desenvolvimento local endógeno é aquele que se dá quando a comunidade local é capaz de liderar o processo de mudança estrutural, ou seja, a forma de desenvolvimento. O potencial de desenvolvimento diz respeito ao conjunto de recursos (econômicos, humanos, institucionais e culturais) e de economias de escala presentes na região não exploradas. Em outras palavras, trata-se das características locais sobre as quais se estruturam seus processos de crescimento econômico, ou seja, seu Mercado de trabalho, sua estrutura e sistema produtivos, sua capacidade empresarial, recursos naturais, etc. (VAZQUEZ BARQUERO, 2000).

A condição necessária para que haja incremento do bem-estar local, nas economias de mercado, é a existência de um sistema produtivo capaz de gerar

economias de escala por meio da utilização dos recursos disponíveis e também que haja a introdução de inovações, ou seja, que o Sistema não seja estagnado, mas capaz de se renovar e atualizar.

Dentre as características específicas que favorecem o desenvolvimento local, pode-se citar (i) os processos de acumulação de capital, (ii) a disponibilidade de oferta de mão-de-obra suficientemente qualificada e pouco conflitiva na região, (iii) capacidade empresarial e organizativa fortemente articulada à tradição local, e (iv) uma cultura atenta às inovações e mudanças (VAZQUEZ BARQUERO, 2000).

Segundo Garofoli (1999), um modelo de desenvolvimento endógeno garante autonomia ao processo de transformação da economia local, salientando a centralidade do processo de tomada de decisão dos atores sociais locais e a sua capacidade de controlar e internalizar o conhecimento e informações externas, assumindo geralmente características de desenvolvimento autossustentável. O processo de transformação baseia-se, então, em alguma especificidade e na capacidade do governo local para algumas variáveis fundamentais (GAROFOLI, 1999).

De acordo com Vazquez Barquero (2000), o processo de desenvolvimento endógeno ocorre devido à eficiente utilização do potencial econômico local. A forma de organização produtiva, as estruturas familiares e tradicionais locais, sua estrutura social e cultural bem como os códigos de conduta da população condicionam os processos de desenvolvimento local, favorecendo ou limitando sua dinâmica econômica, determinando o desenvolvimento das cidades, comarcas e regiões. Outro ponto a ser considerado é o fato de o território não ser um mero suporte físico nessas relações e processos, mas um agente de transformação social (VAZQUEZ BARQUERO, 2000).

Segundo Jair do Amaral Filho (2001), o conceito de desenvolvimento endógeno se traduz por:

[...] um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. (AMARAL FILHO, 2001, p. 262)

Segundo Vazquez Barquero, pode-se conceituar o desenvolvimento econômico local como sendo um processo de crescimento e mudança estrutural de uma localidade, seja uma cidade, comarca ou região, em que se pode constatar três dimensões, a saber, (i) econômica, (ii) sociocultural, e (iii) político-administrativa. A dimensão econômica é aquela que se caracteriza pela existência de um sistema de produção que permite aos empresários locais o uso eficiente dos fatores produtivos, a geração de economias de escala e o aumento da produtividade de modo que haja maior competitividade nos mercados. A dimensão sociocultural é aquela cujo sistema de relações econômicas e sociais bem como as instituições locais e seus valores constitui a base para o processo de desenvolvimento. A dimensão político-administrativa corresponde às iniciativas locais que propiciam as condições favoráveis à produção e impulsionam o desenvolvimento sustentável (VAZQUEZ BARQUERO, 2000).

Segundo Pieterse, o desenvolvimento local em suas diversas formas se conecta com questões de disparidades urbanas/rurais, o desenvolvimento urbano, a desigualdade regional, novo regionalismo, mobilização étnica, chamada “etnodesenvolvimento”, e do novo localismo com vista a um desenvolvimento endógeno e em reação à globalização (PIETERSE, 2010).

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico local, especialmente para os países com economias em transição, as administrações locais têm um papel particularmente, pois (i) se tornaram os empresários e gestores, com uma presença significativa no mercado, (ii) possuem vários instrumentos fiscais e meios de capital para dar assistência direta às “startups” e às empresas existentes, (iii) locais têm acesso à informação e redes de agências que podem ser usados para ajudar as empresas e atrair investimentos (ALIN-MIHAI, 2010).

O desenvolvimento econômico ganha força nos territórios que têm um sistema institucional evoluído, complexo e flexível, pois permitem reduzir os custos de negociação e produção, aumenta a confiança entre os atores econômicos, estimula a capacidade empresarial das redes e a cooperação entre os atores, além de estimular os mecanismos de aprendizagem e de interação. Em outras palavras, as instituições condicionam o comportamento da produtividade e, portanto, os rendimentos e o progresso econômico. Por outro lado, os territórios não são homogêneos, nem

econômica nem socialmente, e condicionam tanto a criação quanto a transformação das instituições (VAZQUEZ BARQUERO, 2007).

Vazquez Barquero observa que o diferencial do desenvolvimento econômico endógeno em relação às demais teorias econômicas é a proposição de um desenvolvimento autossustentável, baseado na criação de um excedente que permita o investimento e garanta a transformação contínua do sistema produtivo por meio de mudanças constantes das forças de desenvolvimento. Entretanto, segundo o autor, essa é ainda uma visão parcial, pois não considera o funcionamento da macroeconomia e suas flutuações. Além disso, concebe o crescimento econômico em termos competitivos sem realizar uma análise do funcionamento da demanda nem da integração da economia local no sistema internacional, e tampouco analisa elementos significativos que afetam a sustentabilidade social, cultural ou ambiental do desenvolvimento (VAZQUEZ BARQUERO, 2007).

2.2.1 Determinantes do desenvolvimento econômico

De acordo com Vázquez Barquero (2007), é preciso identificar os mecanismos que facilitam os processos de crescimento e mudança estrutural, ou seja, que regulam e controlam os processos de acumulação e que favorecem o surgimento de rendimentos crescentes, explicando assim o desenvolvimento econômico. Tais mecanismos são, segundo o autor, (i) a organização da produção, (ii) a difusão das inovações, (iii) a dinâmica territorial e urbana, e (iv) o desenvolvimento das instituições (VAZQUEZ BARQUERO, 2007).

A *organização da produção* não diz respeito ao arranjo produtivo no sentido de que o território apresente empresas grandes ou pequenas, mas no modelo de organização da produção e seus efeitos sobre o comportamento produtividade ou competitividade. Assim, os sistemas produtivos locais, os distritos industriais são formas de produção baseadas na divisão do trabalho entre as empresas e a criação de um sistema de intercâmbios locais que impulsiona o aumento da produtividade e o crescimento da economia. A adoção de organização mais flexível torna as empresas mais eficientes e competitivas, pois estimula o desdobramento de novas estratégias

territoriais, a formação de redes articuladas de unidades produtivas autônomas e interdependentes, podendo estas obter melhores vantagens competitivas no mercado. Isso porque a flexibilidade permite a interação das empresas com os atores locais e as alianças estratégicas permitem que os sistemas produtivos gerem não apenas economias de escala mas também pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, reduzindo custos de negociação e de transação entre as empresas (VAZQUEZ BARQUERO, 2007).

A *difusão das inovações e do conhecimento* estimula a produtividade, pois impulsiona a transformação e a renovação do sistema produtivo. As inovações permitem que as empresas definam e executem estratégias para ampliar e explorar novos mercados de produtos e fatores, criando diversidade. Essas inovações surgem em um território concreto e estão associadas com o saber local, a qualificação dos recursos humanos os centros e organizações de conhecimento que realizam pesquisas e desenvolvimento (VAZQUEZ BARQUERO, 2007).

A *dinâmica territorial e urbana* facilita os processos de desenvolvimento endógeno, pois gera externalidades que permitem o surgimento de rendimentos crescentes, tem um sistema produtivo diversificado que potencializa a dinâmica econômica. A cidade é um espaço de redes nas quais as relações entre os atores permitem a difusão do conhecimento e estimula os processos de inovação e de aprendizagem das empresas (VAZQUEZ BARQUERO, 2007). A esse respeito, comentam Ortigoza e Cortez:

A proximidade geográfica enseja um processo de aprendizado que necessita para a sua materialização e sustentação instituições que possibilitem um *upgrading* de suas capacidades produtivas, inovativas, habilidades e competências. (ORTIGOZA; CORTEZ, 2009, p. 81)

O *desenvolvimento das instituições* está ligado ao fato de que os processos de desenvolvimento têm profundas raízes institucionais e culturais, pois as economias funcionam seguindo normas e instituições específicas, formais ou informais, que foram sendo criadas à medida em que o sistema produtivo, a cultura e a própria sociedade se desenvolviam. Concordam Ortigoza e Cortez:

[...] para qualquer forma de organização produtiva (distritos industriais marshallianos, *clusters* e arranjos produtivos, por exemplo) o suporte institucional é essencial para o bom funcionamento do sistema produtivo e, conseqüentemente, do desenvolvimento local. (ORTIGOZA; CORTEZ, 2009, p. 82)

Dado que os agentes econômicos tomam suas decisões nesse entorno organizativo e institucional, o tipo de instituições existentes facilitará ou dificultará a atividade econômica (VAZQUEZ BARQUERO, 2007). Albuquerque (1998) apresenta graficamente o que ele chama de fatores decisivos para o desenvolvimento local do seguinte modo:



Figura 1 Fatores decisivos para o desenvolvimento local.

2.2.2 O território

De acordo com Gioacchino Garofoli (1999), o atual protagonismo do território no processo de desenvolvimento econômico supriu uma carência apontada pelas críticas às teorias de desenvolvimento econômico que apontava justamente a falta de consideração acerca das variáveis “espaço” e “tempo” nos modelos explicativos anteriores. Não havendo um caminho único a ser seguido por todos os países e regiões a fim de alcançar o desenvolvimento e, por outro lado, constatando-se a considerável diferenciação do processo de desenvolvimento entre os lugares, os esquemas interpretativos passaram a compreender que o território é uma variável crucial para explicar as oportunidades que são colhidas em algumas áreas e regiões e as restrições que são colocadas no processo de desenvolvimento. As condições históricas e culturais bem como as características socioeconômicas das diversas regiões desempenham um papel extremamente importante, dado que suas diferenças podem ser explicadas, em grande parte, em razão dos diferentes caminhos de desenvolvimento empreendidos em várias circunstâncias históricas e geográficas (GAROFOLI, 1999).

O modelo de organização da produção ancorada no território depende de, pelo menos duas dimensões, a saber, (i) uma relativa ao sistema de produção, à

relação entre empresas e, portanto, à divisão social do trabalho, e (ii) outra relativa à base social e institucional que permite esta forma organizacional particular. Em outras palavras, a primeira dimensão diz respeito à troca de bens e serviços, os custos de transação, custos de produção, dependência ou autonomia relativa das empresas de subcontratação, etc.; enquanto a segunda diz respeito ao consentimento e participação dos trabalhadores, consistência e coerência das especificações instituições locais, às políticas locais de apoio, incentivo e apoio, à reprodução de conhecimentos e valores, o investimento social necessário para reproduzir as economias externas, etc. (GAROFOLI, 1999).

Conforme afirma Amaral Filho (2001), é importante considerar, no desenvolvimento econômico local, a descentralização da ação pública, que pode ser argumentada com fundamento em três fatores-chaves, a saber, (i) o da proximidade e da informação, pois, em virtude de os governos locais estarem mais próximos tanto dos produtores quanto dos consumidores finais de bens e de serviços, estariam mais bem informados que os governos centrais; (ii) o da experimentação variada e simultânea, isto é, a diferenciação nas experiências locais pode vir a destacar métodos superiores de oferta do serviço público; e (iii) o elemento relacionado a tamanho, ou seja, sendo menor o aparelho estatal, o resultado em termos de alocação e de eficiência seria melhor (AMARAL FILHO, 2001).

Segundo Vazquez Barquero (2000), as pesquisas feitas sobre a relação entre a dinâmica produtiva e o território permitiram a identificação de quatro fundamentos teóricos das transformações e ajustes da economia o território, a saber, (i) a reelaboração do conceito de distrito industrial, (ii) a noção de entorno inovador, (iii) a conceituação de estratégia de especialização flexível, e (iv) a discussão sobre os clusters. Esses seriam os “ingredientes” do debate acerca do desenvolvimento endógeno que permitiriam interpretar o desenvolvimento econômico local a partir de uma perspectiva territorial (VAZQUEZ BARQUERO, 2000).

2.2.3 Os atores

Segundo Alin-Mihai, os principais atores das políticas de desenvolvimento local são não apenas as autoridades, mas também os empresários e agentes econômicos e sociais locais, além das autoridades centrais e grandes empresas (ALIN-MIHAI, 2010).

Para Pires, entre os atores do desenvolvimento local estão as organizações sociais e instituições de representação e suporte que apresentam grande integração com o território. Essas instituições são mais flexíveis, pois possuem maior discricionariedade em relação às suas missões, estratégias e formas de relacionamento, quando comparadas com empresas e instituições públicas. São essas características que possibilitam que esses atores possam se adaptar-se com maior facilidade às iniciativas e projetos locais. Também é em virtude dessas características que apresentam formas e mecanismos variados de território para território.

A integração e a flexibilidade são características que não são encontradas em um tecido institucional com abrangência em uma área maior, macrorregional, estadual ou federal, pois o tamanho do território é determinante para tal (PIRES, 2010). Comenta Pires que “as empresas locais, de qualquer dimensão, com sede no território-foco, são consideradas atores locais, importantes protagonistas do processo de desenvolvimento local/regional” (PIRES, 2010, p. 108).

Outros atores são as instituições de origem pública, principalmente privadas e privatizadas e organizações de governo, de abrangência macrorregional, estadual, federal e internacional, que sejam prestadoras de serviços públicos, em razão de possuírem maiores contingências normativas que as instituições citadas anteriormente, com abrangência local e sede no território sede (PIRES, 2010). Essas instituições podem ser representadas por:

[...] concessionárias de água, luz, telefonia, educação; de gestão de infraestruturas - concessionárias de rodovias, portos; atividades financeiras - bancos, incluindo os de desenvolvimento, e financeiras; e ainda de informação e serviços - estatísticas, comunicações [...]. (PIRES, 2010, p. 108)

É importante ter em mente que a abrangência do ator não é uma noção que se refere apenas à sua área de ação direta, mas se estende a todo o território local, que deve ser considerado no planejamento de suas metas e atividades, e também está relacionada ao seu grau de integração e interação com o mesmo. Por exemplo, se uma instituição tem sua operacionalização descentralizada, seja regionalizada ou municipalizada, mas suas orientações estratégicas e táticas, ou seja, seu planejamento, procede de organismos centrais que não concebem o território local em que está situada em suas definições políticas e de planejamento, a abrangência dessa instituição não é local (PIRES, 2010). Em outras palavras, tal como considera Vazquez Barquero, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico local, o território não é um mero suporte físico dos objetos, atividades e processos econômicos, mas um agente de transformação social e, nesta qualidade, deve ser levado em consideração no planejamento (VAZQUEZ BARQUERO, 2000).

Mas, e a participação popular? Conforme expõe Vazquez Barquero (2007), a demanda por uma maior participação dos atores locais e da sociedade civil no processo de desenvolvimento local levou a iniciativas de desenvolvimento baseada em democracia participativa, ou seja, com a participação direta da população tal como ocorre no processo de “orçamento participativo”, em Porto Alegre, exemplo referido pelo próprio autor. Segundo comenta, essa abordagem é baseada no pressuposto de que não haveria um verdadeiro desenvolvimento se os cidadãos, os seus beneficiários, não estivessem envolvidos no projeto, na sua implementação e no acompanhamento de suas iniciativas.

De acordo com Vazquez Barquero, essa seria uma visão populista do desenvolvimento endógeno, pois sustenta que o importante do desenvolvimento é o seu caráter autônomo, o “autodesenvolvimento”, baseado na utilização dos recursos próprios e, portanto, poderia ocorrer em qualquer lugar, pois todos os territórios dispõem de um potencial de desenvolvimento. Além disso, o autor considera que essa é uma interpretação muito otimista do processo de desenvolvimento, pois compreende que, se a população local definisse, assumisse e controlasse os projetos, haveria garantia de sucesso das iniciativas locais e as necessidades da população seriam supridas. E isso sem considerar os limites dos recursos disponíveis e investimentos recebidos. Além disso, essa visão considera que a ação cidadã é a base das políticas de desenvolvimento, razão pela qual compreende que as ações públicas mais

eficientes seriam as que são desenhadas e geridas “de baixo” (VAZQUEZ BARQUERO, 2007).

Dentre as limitações dessa visão, Vazquez Barquero ainda aponta que não considera necessária a articulação de processos de desenvolvimento com base na acumulação de capital; nem que a economia e os investimentos são necessários para a continuidade, a longo prazo, do progresso económico e social. Também não leva em consideração os mecanismos que facilitam a sua sustentabilidade econômica. Muitas vezes, ignora a importância de introduzir conhecimento aos processos de produção e não avalia adequadamente a importância de organizar a produção para obter rendimentos crescentes. Finalmente, essa visão de desenvolvimento endógeno não argumenta suficientemente que as economias locais estão integradas em sistemas produtivos nacionais e internacionais e que, de uma forma ou de outra, são afetadas pelos processos dos quais participam (VAZQUEZ BARQUERO, 2007).

2.2.4 O entorno inovador

Não apenas a sobrevivência da humanidade, mas também a complexidade de sua vida em sociedade são circunstâncias que puderam ocorrer em virtude do desenvolvimento do conhecimento. Por meio do conhecimento, foi possível que uma infinidade de seres humanos se esparramasse pelo planeta superando as dificuldades climáticas e diversas outras limitações naturais, tais como as doenças e a escassez de recursos.

Assim, o conhecimento não é benéfico e satisfatório unicamente do ponto de vista pessoal, para suprir o desejo intelectual humano, mas a sua geração, exploração e difusão são estratégicos para o desenvolvimento e a competitividade, visto que as “nações que desenvolvem e gerenciam efetivamente seus ativos de conhecimento têm melhor desempenho que as outras. Os indivíduos com maior conhecimento obtêm empregos mais bem remunerados” (MANUAL DE OSLO, 2005, p. 31).

Desde que observou Aristóteles, “todos os homens, por natureza, desejam conhecer”² até hoje, o conhecimento centraliza as atividades humanas, visto que, de acordo com o Manual de Oslo, o “conhecimento, em todas as suas formas, desempenha hoje um papel crucial em processos econômicos” (MANUAL DE OSLO, 2005, p. 31).

Ao apresentar o conceito de inovação, Schumpeter aponta cinco situações em que se pode constatar a sua existência:

Esse conceito engloba os cinco casos seguintes: 1) Introdução de um novo bem - ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados - ou de uma nova qualidade de um bem. 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio. (SCHUMPETER, 1998, p. 76)

Compreender a inovação enquanto elemento estratégico para o desenvolvimento local, regional ou do país é mera constatação da realidade. Basta que se observe os dados. Ou se tenha, ao menos, conhecimentos básicos de história e relembre a Revolução Industrial, por exemplo, na Inglaterra do século XVIII, em que se deu a invenção da máquina a vapor e o impacto que isso teve não apenas sobre a economia, mas sobre toda a sociedade e seu estilo de vida. A razão disso é que, embora a invenção não produza por si só a inovação, seu emprego adequado foi capaz de torná-la uma inovação do processo de produção.

Segundo Albuquerque, “em ambientes favoráveis, a inovação desencadeia um efeito multiplicador que incrementa mais que proporcionalmente o rendimento individual dos fatores” (ALBUQUERQUE, 1998, p. 25). Por essa razão, a construção de tais ambientes constitui uma ação estratégica a fim de alavancar tanto a

² ARISTÓTELES, Met. 1.980a., no original: “πάντες ἄνθρωποι τοῦ εἰδέναι ὀρέγονται φύσει”.

produtividade quanto a competitividade do tecido empresarial local. Para tal, pode-se contar com a colaboração, de modo decisivo e articulado, dos diversos agentes sociais, públicos e privados, em cada território, município ou região.

Cabe assinalar que o impacto da introdução de inovações tecnológicas acarreta a necessidade de capacitação e de maior qualificação da força de trabalho. Do mesmo modo, deve ocorrer uma transformação da organização do trabalho e suas relações, havendo maior heterogeneidade do mercado de trabalho. Por outro lado, como consequência negativa, pode haver incremento da precariedade dos empregos, principalmente, no que diz respeito aos casos de mão-de-obra não qualificada. De modo geral, deve-se compreender a flexibilização dos sistemas produtivos enquanto capacidade de adaptar-se às mudanças em seu contexto, pois a introdução de inovações tecnológicas cria novas condições competitivas que influenciam diretamente o desenvolvimento das empresas, pois o domínio tecnológico, assim como a capacidade de utilizá-lo e difundi-lo, é a “principal fonte de vantagens competitivas dinâmicas, o que implica que se deve dar atenção prioritária à formação do capital humano” (ALBUQUERQUE, 1998, p. 29). Tal como afirmam Ortigoza e Cortez:

O espaço impregnado pelas informações, conhecimentos e inovações cria uma “atmosfera empresarial e industrial” em que todos os atores envolvidos passam a desfrutar da eficiência coletiva gerada. (ORTIGOZA; CORTEZ, 2009, p. 81)

De acordo com Albuquerque (1998), é importante que se destaque alguns aspectos no que diz respeito à formulação de políticas de desenvolvimento. Em primeiro lugar, deve-se realizar a seleção, adaptação e difusão das tecnologias mais apropriadas para atingir os objetivos da política de desenvolvimento que se tem em vista, seja local, regional ou nacional. Também é preciso que sejam observadas as demandas básicas do território/população a fim de que se possa desenvolver a ampliação do mercado interno e a geração de emprego produtivo. Além disso, deve haver um esforço no sentido da necessária interação criativa entre os agentes públicos e privados, de modo que seja possível construir a institucionalidade e os ambientes territoriais inovadores que ofereçam, às pequenas, médias e microempresas, o acesso aos serviços avançados de apoio à produção em todas as regiões e territórios. Esses serviços são instrumentos para assegurar a modernização

produtiva e empresarial, e a difusão do crescimento econômico e o desenvolvimento em nossas sociedades.

2.2.5 Políticas públicas de desenvolvimento local

De acordo com Vazquez Barquero (2007), dentre as políticas de desenvolvimento econômico pode-se citar (i) o fomento da criação e desenvolvimento de empresas e de *clusters*; (ii) a difusão da inovação e do conhecimento; (iii) a construção de equipamentos urbanos e infraestruturas para o desenvolvimento; (iv) a governança do desenvolvimento; e (v) a interação e sinergia da política de desenvolvimento (VAZQUEZ BARQUERO, 2007).

Vazquez Barquero (2007) afirma que *o fomento da criação e desenvolvimento de empresas e de clusters* é uma política de desenvolvimento que tem como um dos seus objetivos a criação e o desenvolvimento de empresas e também a formação de redes de empresas. Isso se dá pelo fomento da criação e desenvolvimento das capacidades empresariais do território por meio de iniciativas de desenvolvimento não focadas unicamente nas regiões agrárias e pobres, mas também em cidades e espaços industriais mais desenvolvidos (VAZQUEZ BARQUERO, 2007).

A difusão da inovação e do conhecimento no tecido produtivo e social se dá pelo fato de que este complexo produtivo proporciona serviços e infraestruturas de qualidade que estimulam a inovação tecnológica, visto que permitem o desenvolvimento da indústria e de empresas competitivas que incorporam o conhecimento. Conforme afirmam Ortigoza e Cortez, o “entorno inovador exerce um poder de atração por meio das economias de aglomeração encontradas pelos diferentes segmentos produtivos estabelecidos territorialmente” (ORTIGOZA; CORTEZ, 2009, p. 82).

Além disso, o entorno inovador disponibiliza serviços técnicos e financeiros às iniciativas empresariais que desejam transformar uma ideia inovadora em uma empresa, presta facilidades para a realização de projetos de pesquisa, e provê terreno equipado e serviços às empresas que desejam localizar-se em um entorno orientado à economia do conhecimento (VAZQUEZ BARQUERO, 2007).

A *construção de equipamentos urbanos e infraestruturas* para o desenvolvimento é um dos instrumentos tradicionais nas políticas de desenvolvimento urbano e regional utilizados também nas políticas de desenvolvimento local, pois permite melhorar o atrativo das cidades e territórios, além de estimular o desenvolvimento sustentável. Praticamente todas as experiências de desenvolvimento local incorporam iniciativas cujo objetivo é melhorar a acessibilidade, satisfazer as demandas e necessidades de equipamentos e capital fixo social e fazer das localidades e territórios, lugares mais atrativos para produzir e viver (VAZQUEZ BARQUERO, 2007). Ortigoza e Cortez consideram:

Esse território vivificado pela presença ativa de agentes e instituições articuladas, produzido historicamente, favorece o estreitamento das relações produtivas e organizacionais e também permite o estabelecimento de outros contatos diretos, de confiança e de segurança, por exemplo, igualmente importantes. (ORTIGOZA; CORTEZ, 2009, p. 82)

Essa política pode ser exemplificada pela construção de infraestruturas de transporte, tal como uma via de circulação que comunique bairros da cidade entre si, pode ser a construção de barracões comunitários para a instalação de pequenas e microempresas, tendo os atores locais o apoio organizacional e formação profissional e empresarial, etc. (VAZQUEZ BARQUERO, 2007). Ortigoza e Cortez reforçam essa ideia:

A presença de instituições, de capital social e humano e de políticas públicas que respaldem o sistema produtivo valoriza o espaço e o torna atraente para investimento de novos capitais. (ORTIGOZA; CORTEZ, 2009, p. 82)

A *governança do desenvolvimento* é o ponto central da política de desenvolvimento para onde se voltam as ações que visam melhorar a organização e a gestão a fim de satisfazer as atuais necessidades e enfrentar os desafios das cidades e territórios de modo eficiente. Para tal, o desenvolvimento local se organiza mediante a partir das decisões dos atores locais públicos e privados. A demanda por novas formas de organização e de gestão das políticas gerou uma nova aproximação à programação econômica, baseada na negociação e no acordo entre os atores com interesses no território. Deste modo, o planejamento estratégico territorial se converteu em um instrumento de grande valor para racionalizar a tomada de decisões e a gestão nas cidades e regiões (VAZQUEZ BARQUERO, 2007).

Segundo Vazquez Barquero (2007), a interação e sinergia da política de desenvolvimento endógeno desempenha um papel relevante nos processos de desenvolvimento econômico, pois atua como um catalizador dos mecanismos e forças do desenvolvimento, os quais, por sua vez, agem sobre a acumulação de capital por meio das iniciativas locais. Isso porque facilita o desenvolvimento empresarial e a criação de redes de empresas, fomenta a difusão das inovações e do conhecimento, melhora o desenvolvimento urbano, e estimula a dinâmica do tecido institucional. Afirmam Ortigoza e Corteza:

Um entorno inovador, representado por agentes econômicos, sociais, políticos e institucionais possibilita um incremento na troca de conhecimento, difusão das inovações e aumento da competitividade. (ORTIGOZA; CORTEZ, 2009, p. 82)

Em outras palavras, a política de desenvolvimento endógeno se propõe a atuar combinadamente sobre todos os mecanismos e forças do desenvolvimento, tentando criar e melhorar os efeitos sinérgicos entre eles, de tal forma que se surjam as condições para um crescimento sustentável da produtividade e se estimule o desenvolvimento sustentável de cada localidade ou território (VAZQUEZ BARQUERO, 2007).

A visão estratégica do desenvolvimento endógeno tem a vantagem de reconhecer que as respostas locais aos desafios e oportunidades que o processo de integração econômica apresenta, embora com caráter espontâneo, resolvem os problemas e atendem às necessidades do território. Além disso, apresenta uma forte coerência analítica interna, já que as iniciativas locais são congruentes com o modelo de desenvolvimento endógeno, ou seja, são economicamente racionais.

Vazquez Barquero (2007) considera que as iniciativas locais se distinguem das políticas industriais e regionais tradicionais, primeiro, porque adotam uma visão de desenvolvimento territorial e não funcional, e também porque têm como objetivo mobilizar o potencial de desenvolvimento existente no território e não a mobilidade do capital e do trabalho, como ocorre com as políticas tradicionais. Além disso, introduzem, também, métodos de organização e gestão descentralizados e participativos, assim como novas formas de regulação e de interação entre os atores locais. Entretanto, frequentemente, são ações isoladas que não estão compreendidas em uma proposta de desenvolvimento integrado que permita aproveitar a sinergia entre as diferentes ações, pois seu objetivo é impulsar a criação e o desenvolvimento

de empresas em um mundo cada vez mais integrado, o que, no longo prazo, permitiria a criação de riqueza e empregos, pois, quando se obtém resultados positivos, a economia local sofre um impacto favorável. Finalmente, as iniciativas de desenvolvimento local devem enfrentar o desafio da coordenação estratégica tanto com as ações e políticas das administrações do setor público quanto do privado, o que pode ser feito por meio de instrumentos como a planificação e gestão estratégica (VAZQUEZ BARQUERO, 2007).

Acerca da organização do desenvolvimento local, Vazquez Baquero (2000) informa que se dá por meio das decisões tomadas por atores públicos e privados, sendo que, não raras as vezes, a existência de líderes locais, especialmente em áreas rurais e regiões desfavorecidas, catalisa o surgimento e implantação da política de desenvolvimento local. Entretanto, isso não é o suficiente, posto que é necessário ter o apoio, expresso ou tácito, de outros atores locais (VAZQUEZ BARQUERO, 2000).

O aumento da competência e da incerteza do mercado tem feito as instituições e organizações a cooperar e empreender esforços conjuntos a fim de reduzir os riscos e as ameaças, aproveitando as oportunidades. Por essa razão, as associações e redes entre empresas e organizações territoriais, são as formas de colaboração e cooperação mais utilizados, pois o associativismo permite a realização de transações entre os agentes públicos e privados por meio de acordos formais (VAZQUEZ BARQUERO, 2000).

As agências de desenvolvimento local, instrumentos para promover o desenvolvimento, em sua maioria, se configuram por meio da parceria público-privada. No entanto, também tem proliferado a formação de rede de empresas e organizações, com base na confiança entre as partes e destinada a alcançar objetivos muito específicos. As redes complementam as organizações convencionais e neutralizam os efeitos negativos da burocracia, além de permitir o estabelecimento de relações informais entre as organizações, o que facilita a tomada de decisões e implementação de iniciativas. Um fator unânime entre as agências é o seu objetivo, a saber, a promoção e o apoio às iniciativas locais (VAZQUEZ BARQUERO, 2000).

A fim de atingir as metas que os agentes locais se estabelecem, não é suficiente ter concebido uma estratégia oportuna e ter iniciado as ações mais adequadas, visto que, além disso, é necessário gerenciar a estratégia e as iniciativas e utilizar os recursos humanos e financeiros disponíveis de forma eficiente (VAZQUEZ BARQUERO, 2000).

Alerta Vazquez Baquero (2000) que as unidades de gestão das administrações públicas nem sempre são as mais adequadas, uma vez que lhes falta competência suficiente em matéria de desenvolvimento local, de flexibilidade funcional e financeira necessárias, além de serem excessivamente burocráticas. Por essa razão, as estratégias de desenvolvimento local se tornam mais eficazes se forem implementadas por meio de escritórios com autonomia operacional e flexibilidade na gestão. As diferenças institucionais dão origem a muitas formas de Agências de Desenvolvimento, que visa promover e apoiar as iniciativas locais (VAZQUEZ BARQUERO, 2000).

Cabugueira (2000), referindo Vazquez Barquero, apresenta o Modelo do Pentágono (figura 2), que aponta os fatores críticos para o êxito da intervenção a fim de melhorar a resposta local. O modelo se chama Pentágono por ser constituído por cinco itens, que são: *hardware*, *software*, *orgware*, *finware* e *ecoware*.

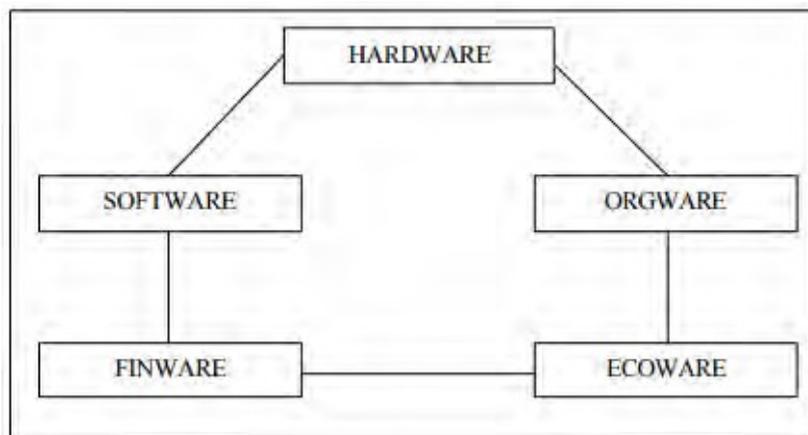


Figura 2 Modelo do Pentágono - ações para melhorar a resposta local
Fonte: CABUGUEIRA, 2000

Segundo Cabugueira, o *hardware*, neste contexto, se traduz “por todas as infraestruturas que servem de base aos processos de mudança estrutural e que são instrumentos indispensáveis para o funcionamento do sistema produtivo”, ou seja, o sistema de transportes, os meios de comunicações, os hospitais, as escolas, etc. (CABUGUEIRA, 2000, p. 126).

O *software* do desenvolvimento local é composto “por fatores qualitativos que são necessários para o crescimento e que têm um carácter imaterial (o “know-how” tecnológico e inovador, a capacidade empreendedora)” (CABUGUEIRA, 2000, p. 126).

Por *orgware* se compreende “a capacidade de organização que existe na região e que permite dar uma resposta eficaz aos desafios que apresenta a

competitividade” (CABUGUEIRA, 2000, p. 126), em outras palavras, tem relação com a capacidade de associação para gerir o desenvolvimento.

O *finware* se constitui do “conjunto de instrumentos financeiros que se utilizam para o desenvolvimento estratégico de um território” (CABUGUEIRA, 2000, p. 126).

O *ecoware* do desenvolvimento consiste nos “instrumentos que organizam o uso adequado dos recursos naturais existentes” (CABUGUEIRA, 2000, p. 126), ou seja, os instrumentos e ações voltadas à redução da deterioração do meio-ambiente e à proteção da qualidade dos recursos naturais locais, isto é, a água, o ar e o solo.

De acordo com Cabugueira (2000), o que faz com que esses instrumentos sejam utilizados, e quais devem ou não serem utilizados, são as necessidades de cada localidade, ou seja, quais os problemas que cada território apresenta, quais as soluções adequadas a eles, a estratégica a ser seguida, etc.

3 PESQUISAS REALIZADAS SOBRE O TEMA

Ao se pesquisar acerca das agências de desenvolvimento local, encontrou-se alguns estudos que têm sido realizados no meio acadêmico, os quais considerou-se de interesse serem brevemente apresentados a fim de se caracterizar o próprio trabalho que se está desenvolvendo no momento, pois o mesmo se insere na mesma linha de pesquisa. Na presente exposição, não foram consideradas pesquisas sobre ações voltadas à economia solidária, agricultura, etc.

Bocca (2009) desenvolveu sua dissertação de mestrado tendo como objeto de estudo as agências de desenvolvimento local em atividade nos municípios do Estado de São Paulo. Seu objetivo foi verificar se a existência das agências influencia o desempenho dos indicadores de desenvolvimento sustentável.

Almeida (2008), também por meio de uma dissertação de mestrado, realizou um estudo cujo objeto foi a Agência de Desenvolvimento de São João da Boa Vista. Tal como Bocca (2009), seu objetivo foi analisar as possíveis contribuições geradas pelas ações da agência às pequenas e médias empresas locais, ou seja, se a sua existência influencia ou não o desenvolvimento local.

Cisi (2011), na mesma linha de estudo dos autores citados, entretanto recebendo provável inspiração de Almeida (2008), também teve, em seu trabalho de conclusão de curso, a Agência de Desenvolvimento de São João da Boa Vista como objeto. Seu objetivo foi analisar as possíveis contribuições da citada agência, bem como da prefeitura municipal, na captação de novas indústrias para o município e a consequente geração de empregos advindos dessas políticas públicas no período compreendido entre os anos de 2004 e 2010.

Bocca (2009) desenvolveu seu trabalho por meio de uma pesquisa descritiva, *ex post facto*, utilizando dados secundários obtidos junto a agências do Estado em estudo e órgãos públicos e do terceiro setor em nível estadual e nacional.

Para dar andamento à sua pesquisa, Almeida (2008) selecionou dois projetos de apoio às pequenas e médias empresas, implementados e gerenciados pela Agência de Desenvolvimento de São João da Boa Vista, que são (i) o projeto de

revitalização das MPE comerciais e (ii) o projeto de revitalização das pequenas e médias empresas industriais. Na realização da pesquisa, foram utilizadas duas metodologias: a (i) Metodologia de Diagnóstico de pequenas e médias empresas de Allegretti, por meio da qual se buscou identificar o desempenho gerencial e operacional das pequenas e médias empresas assistidas e não-assistidas pela Agência e fazer uma comparação entre os desempenhos desses dois grupos, e a (ii) Metodologia de Sistemas Flexíveis - Soft Systems Methodology (SSM), de Peter Checkland, que foi aplicada com os gestores e parceiros da Agência e com os empresários participantes dos projetos de revitalização do comércio e da indústria, a fim de identificar as contribuições geradas por esses dois projetos às pequenas e médias empresas assistidas pela Agência.

Cisi (2011), por sua vez, desenvolveu seu estudo por meio de levantamento de dados acerca das principais ações desenvolvidas pela A Agência de Desenvolvimento de São João da Boa Vista para que novas indústrias se instalem no município e o número de empresas industriais que se instalaram na cidade a partir de tais políticas. Propôs-se também a realizar um levantamento dos mesmos dados em relação à ação da prefeitura.

Assim, Cisi (2011), num primeiro momento, realizou um levantamento de dados, por meio de pesquisa nos sites da agência e da prefeitura, tanto em relação às ações desenvolvidas pelas entidades analisadas para a atração de novas indústrias quanto em relação ao número de indústrias que efetivamente se instalaram no local. Além disso, o pesquisador procedeu entrevistas com a direção da agência e também com o funcionário responsável na Prefeitura. Para as entrevistas, foi utilizado um questionário do tipo “auto-aplicado”, com 10 questões, de modo que o instrumento foi entregue aos entrevistados para ser respondido de próprio punho.

Moraes e Batista (2013), tendo como foco a Agência para o Desenvolvimento de Timóteo, em Minas Gerais, desenvolveram um estudo cujo objetivo foi identificar quais os fatores condicionantes do desempenho dos seus projetos à luz da teoria do desenvolvimento local.

Mattos (2014), focando seu estudo nas agências de desenvolvimento econômico e os parques tecnológicos e incubadoras do município de Santo André, teve como objetivo verificar se a pesquisa científica se confirma como forte vetor para o desenvolvimento econômico.

A metodologia utilizada por Moraes e Batista (2013) foi a de uma pesquisa de campo com 16 organizações que desenvolveram projetos com a Agência para o Desenvolvimento de Timóteo e procedeu-se ao estudo da metodologia de sua gestão de projetos.

Mattos (2014) por sua vez, utilizou como metodologia realização de um fluxograma explicativo, inspirado na metodologia Planejamento Estratégico Situacional (PES).

Borges Filho (2005) desenvolveu um estudo cujo objetivo é desenvolver uma estrutura de referência aplicada à Gestão Estratégica capaz de promover o Desenvolvimento Regional/Local Sustentável. Conforme o autor, sua metodologia de pesquisa é a qualitativa, sendo realizadas entrevistas (semiestruturadas) a partir da identificação e seleção de diferentes atores em diferentes pontos de atuação, de forma a obter diferentes percepções sobre o fenômeno em estudo. Desse modo, foram contemplados entrevistados de áreas como: governo, empresários, associações comerciais, federação de indústrias, sindicato de empresas, historiadores. Seu objeto de pesquisa foi a indústria paranaense, sobretudo a Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Guarapuava e Região (ADESG), na cidade de Guarapuava/PR.

Bocca (2009) informa que as cidades pesquisadas foram divididas em dois grupos: Grupo 1, as que possuem agências de desenvolvimento, e Grupo 0, as que não têm agências. Ao final de sua pesquisa, conclui de seu estudo que o Grupo 1 apresentou elevação da qualidade de vida e equidade social, de acordo com indicadores de pobreza, educação, saúde e governança. Embora em relação aos demais indicadores, não houvesse diferença significativa entre os grupos.

Almeida (2008) relatou como resultados, (i) com a aplicação da Metodologia de Diagnóstico, que o desempenho das empresas que foram acompanhadas pela Agência de Desenvolvimento de São João da Boa Vista foi superior ao desempenho das não-assistidas, em todas as dimensões analisadas; e (ii) com a aplicação da Metodologia de Checkland, que os projetos de revitalização do comércio e da indústria promoveram reais contribuições às pequenas e médias empresas participantes. Segundo o autor, essas contribuições foram agregadas por meio da consolidação de novas competências gerenciais e operacionais no perfil dos empreendedores e de seus colaboradores, sendo a contribuição mais significativa o surgimento de uma

cultura de aprendizagem organizacional, em que todos têm consciência da importância de suas contribuições enquanto atores que compõem o sistema “Agência de Desenvolvimento”.

Cisi (2011), após a recolha e análise dos dados, o autor concluiu que a parceria entre a prefeitura e a agência resultou na atração de 23 indústrias, que gerou um saldo 5.382 empregos no período estudado.

Moraes e Batista (2013) concluíram que os condicionantes do desempenho da agência são: (i) a utilização de modelo de gerenciamento de projeto mais específico para projetos sociais; (ii) a existência de identidade local entre os atores envolvidos nas ações que promovem o local; (iii) a habilidade em articular diferentes interesses, a especialização e experiência dos gestores de projetos; (iv) a disponibilização de recursos financeiros e humanos, os relacionamentos baseados na cooperação, confiança, envolvimento e credibilidade, a presença de parcerias, a efetiva atuação do poder local e a negociação estratégica por meio de práticas democráticas durante a gestão de seus projetos.

Após seu estudo, Mattos (2014) concluiu que a presença de organismos de base cooperativa na região - em atuação orquestrada com as governanças locais e, principalmente, com referenciais instituições de ensino e pesquisa - traz inestimáveis vantagens para incremento e implementação de novas políticas de atração e incentivo aos setores produtivos, aptas não apenas a dinamizar a economia local mas representar um destacado exemplo para outras regiões do país.

Como conclusão de seu estudo, Borges Filho (2005) aponta que se faz necessário considerar os fatores histórico-culturais como uma das variáveis principais que compõem a análise de um complexo agroindustrial ou uma análise “filière” (mercado, tecnologia, fatores histórico/culturais e ambiente), no referido setor, combinado aos fatores de mercado (mercatecture), fatores tecnológicos (tecnotecture) e ambientais, sejam estes socioeconômicos ou de meio ambiente.

A partir dos estudos apresentados, percebe-se que o interesse neles predominante foi o de identificar se a presença de uma agência de desenvolvimento econômico acarreta, ou não, benefícios ao município. Em outras palavras, as pesquisas se justificam em razão de ser uma investigação acerca do impacto que as referidas agências causam, se é que causam. Havendo um impacto positivo, ou seja,

se a agência está servindo como um instrumento de promoção do desenvolvimento econômico local e de atração de investimentos, isso poderia implicar em uma série de mudanças positivas nos indicadores sociais e econômicos da cidade, tais como o aumento da renda e a queda do índice de desemprego local.

Para o presente estudo, primeiramente, as pesquisas apresentadas são importantes no sentido de que é o cenário em que ele se insere. E, depois, por serem o tipo de estudos que se seguiriam a este. Explicando melhor: o presente trabalho é ainda bastante incipiente, preliminar, ou seja, ainda é uma pesquisa que objetiva descobrir se há agências nas capitais brasileiras, e, havendo, quantas, em quais capitais, qual a sua configuração, etc. A leitura dos demais trabalhos, em certos aspectos, serve como um possível horizonte a ser alcançado, isto é, quase como uma sugestão de investigação, por exemplo, quanto aos determinantes do desenvolvimento local em uma, ou mais, agência, qual o seu impacto na realidade local, etc.

Dos estudos apresentados, conclui-se que as agências analisadas realmente são instrumentos de desenvolvimento econômico local tendo dinamizado a economia de seus municípios. Também se pode concluir que devem ser levados em conta, na sua implementação, os fatores socioculturais e histórico da região, bem como suas potencialidades e não se podendo descuidar das relações que se estabelecem entre os agentes públicos e privados de modo que não haja disputa, equívocos e conflitos entre eles a fim de não prejudicar o desempenho das agências.

4 AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAIS NAS CAPITAIS DO BRASIL

No presente capítulo, proceder-se-á, num primeiro momento, a apresentação do que se compreende por agências de desenvolvimento econômico abordando suas características e objetivos. Num segundo momento, serão elencadas as agências de desenvolvimento econômico encontradas em nove capitais brasileiras por meio de pesquisa eletrônica. São consideradas agências de desenvolvimento econômico locais não apenas as que assim se denominam formalmente, mas também secretarias municipais cujos objetivos em sua legislação de criação sejam os mesmos das agências tal como aqui apresentadas.

4.1 Agências de Desenvolvimento Econômico

Ao se pensar em agências de desenvolvimento econômico, é possível que se gere certa equivocidade com o termo “agências de fomento”. A razão disso não é difícil que se compreenda, pois ambos os tipos de agências têm como finalidade intervir positivamente no crescimento econômico, entretanto, não o fazem da mesma forma, e, além disso, até mesmo a sua forma de constituição são diferentes.

As Agências de Fomento, para que sejam constituídas e possam entrar em funcionamento, dependem de autorização do Banco Central do Brasil, tendo como finalidade financiar capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede. Assim, embora elas possam agir como prestadoras de serviços de consultoria, entretanto, o seu objetivo primeiro é o apoio financeiro ao micro e pequeno empreendedor (CMN, 2001).

As agências de desenvolvimento econômico podem tanto ser estabelecidas como organizações independentes ou semi-independentes quanto entidades privadas, ou seja, a sua estrutura é mais flexível. Por essa razão, elas apresentam “potencial para uma melhor coordenação e um sinergismo com diferentes entidades governamentais e não governamentais”, (SWINBURN *et alii*, 2006, p. 19). Essa

flexibilidade pode propiciar um sistema organizacional mais sustentável, pois não sucumbe às interrupções causadas pelos processos políticos, pelas trocas de governos e alternâncias de partidos no poder (SWINBURN *et alii*, 2006).

É importante a considerar que, ao contrário das agências de fomento, a principal finalidade das agências de desenvolvimento econômico não é o apoio financeiro, embora este não seja excluído havendo possibilidade e/ou necessidade, mas o seu foco é a assessoria técnica, a promoção do desenvolvimento econômico, atraindo novos investimentos mantendo e estimulando os empreendimentos já existentes (SWINBURN *et alii*, 2006).

De acordo com Debra Mountford (2009), as agências de desenvolvimento podem agregar valor real à implementação de estratégias de desenvolvimento econômico em virtude de serem capazes de:

- Agregar esforços de desenvolvimento econômico díspares em um corpo que pode gerar real expertise ao processo.
- Aumentar o ritmo de resposta da cidade aos investidores ou promotores de desenvolvimento.
- Ampliar a escala da implementação que for possível, muitas vezes, permitindo a entrega simultânea de múltiplos programas e projetos, rapidamente comissionando recursos adicionais.
- Melhorar a reputação e a credibilidade das cidades “negociadoras”, dando confiança ao investidor externo no processo de tomada de decisão.
- Encontrar os meios adequados para compartilhar os custos e riscos entre aqueles que promovem desenvolvimento e investimentos.
- Desenvolver mecanismos de captura de valor e benefício, permitindo que alguns dos frutos do desenvolvimento econômico sejam reciclados nos orçamentos e programas da cidade.
- Desbloquear ativos subutilizados, por exemplo, no mercado imobiliário ou na infraestrutura.
- Conceber fontes e instrumentos de investimento inteiramente novos, talvez em parceria com financiadores privados.

- Melhorar a disponibilidade de investimento para projetos-chave da cidade, desenvolvendo as proposições para torná-los mais atraentes para o investimento externo.
- Aumentar a eficiência na utilização dos terrenos, imóveis e mercados de investimento locais.
- Superar “falhas de coordenação” decorrentes de jurisdições fragmentadas.
- Promover e negociar melhor a cidade ou sub-região, vencendo lacunas de informação e assimetrias e construindo uma imagem e identidade mais limpas.
- Estabelecer regras e responsabilidades claras para fazer avançar o desenvolvimento econômico local (MOUNTFORD, 2009).

Pode-se perceber que as agências de desenvolvimento econômico locais propiciam benefícios à administração municipal, visto que pode ser um instrumento de coordenação de parcerias, às empresas existentes na cidade e também aos potenciais investidores que poderiam ter o processo de instalação facilitado e assessorado e à sociedade de modo geral, pois a atração de investimentos e o incremento dos existentes gera empregos e melhorias diversas.

Segundo Garofoli (2008), as agências de desenvolvimento econômico local são a estrutura apropriada para ler de modo amplo, em todos os campos, os problemas do território, identificando as demandas existente na comunidade local (por empresas, famílias e do público), fazendo o levantamento dos recursos disponíveis na área, mobilizando os atores locais na aquisição de conhecimento sobre os problemas e sobre os objetivos prioritários em que se deve concentrar a atenção do projeto de desenvolvimento, mobilizando os recursos a fim de dar uma resposta coerente às demandas identificadas.

O seu objetivo fundamental é realizar diagnóstico, ou seja, perceber as necessidades generalizadas entre operadores econômicos da comunidade local e ajudar a identificar soluções viáveis, isto é, a extensão dos recursos financeiros do sistema local e humano, mobilizando os recursos disponíveis localmente e os conhecimentos e habilidades que existe fora e que são alocáveis em projetos de desenvolvimento local. Assim, as agências realizam sua função de interpretar os

problemas locais e a capacidade de projeto, agindo como um instrumento de governança (GAROFOLI, 2008).

De acordo com o Manual para Implantação das Agências de Desenvolvimento Econômico Local (ADL), desenvolvido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (SCTDE) do Estado de São Paulo, uma agência de desenvolvimento econômico local “deve ser caracterizada como uma entidade civil sem fins lucrativos e de utilidade pública” (SCTDE, 1997, p. 11). Entretanto, o referido manual não exclui a possibilidade de uma agência de desenvolvimento econômico ser uma agência governamental.

Podem ser classificadas, em razão de suas características próprias, em quatro tipos, a saber, Agência governamental, Agência privada, Agência de desenvolvimento econômico local (ADL), e Agência de desenvolvimento econômico local (ADL) intermunicipal.

A agência governamental é a que se encontra criada como um departamento ou secretaria na estrutura de governo ou na forma de empresas públicas de desenvolvimento, sendo, por essa razão, fortemente conectada com a estrutura organizacional governamental, o que causa a sua maior desvantagem que é a própria falta de flexibilidade da burocracia (BOCCA, 2009).

A agência privada apresenta uma estrutura operacional enxuta, o que lhe confere dinamismo, flexibilidade e rapidez de resposta às suas demandas. Seu foco de ação são temas específicos de interesse de seus associados diretos, não tendo como objetivo a realização de atividades relacionadas ao desenvolvimento e bem-estar social (BOCCA, 2009).

A agência de desenvolvimento econômico local (ADL) municipal mista é a que, como seu próprio nome diz, tem constituição mista, ou seja, sendo formada pela parceria entre os setores público e privado. Essa parceria se revela como sendo a sua principal vantagem, pois possibilita o desempenho de atividades delegadas pelos governos locais com a agilidade das entidades privadas. Segundo Bocca (2009), é a que possui a estrutura mais apropriada para a promoção do desenvolvimento local, razão pela qual deve receber apoio técnico, político e financeiro de ambos os setores (BOCCA, 2009).

A agência de desenvolvimento econômico local (ADL) intermunicipal tem uma estrutura consorciada de modo que seja responsável pela articulação dos interesses de um conjunto de prefeituras e dos setores produtivos dos municípios associados. Assim, apresenta as mesmas atribuições de uma agência de desenvolvimento econômico local (ADL) municipal, entretanto, sua atuação se estende ao conjunto de municípios associados (BOCCA, 2009).

Borba (2000), referindo o pensamento de Edward J. Blakely, a estrutura de uma agência de desenvolvimento local não tem um formato fixo, podendo ser tanto muito sofisticada quanto relativamente simples. O que realmente é importante no que diz respeito à estrutura é que seja capaz de “desempenhar todas as tarefas que o governo local lhe delega enquanto age como organismo privado” (BORBA, 2000, p. 85). Dentre essas tarefas, o autor cita:

1. Administrar fundos de desenvolvimento contando tanto como recursos de fontes públicas quanto privadas;
2. Gerenciar propriedades públicas industriais ou comerciais para o governo;
3. Operar serviços em ação conjunta público-privada;
4. Entrar em contato e conseguir empréstimos para vários projetos de desenvolvimento da comunidade;
5. Empreender atividades de marketing e promoção da localidade;
6. Fornecer serviços voltados aos empresários;
7. Funcionar como centro de assistência a pequenos negócios;
8. Fornecer assistência técnica e de marketing para firmas locais;
9. Dar apoio a esforços do governo para atrair indústria e comércio. (BORBA, 2000, p. 85, 86)

Quando constituída por meio da parceria entre os setores público e privado, a agência de desenvolvimento local apresenta uma estrutura mais flexível. O importante é que haja comprometimento concreto dos atores locais no processo de desenvolvimento local.

Segundo Albuquerque (1998), uma das condições para que se encontre êxito nas iniciativas de promoção de desenvolvimento econômico local é a adequada coordenação dos diversos atores que agem no território. No mais das vezes, “são os poderes públicos locais, na sua condição de garantidores da coesão territorial, que assumem e promovem estas iniciativas” (ALBUQUERQUE, 1998, p. 57).

É importante que seja assegurado o acesso a serviços estratégicos que possibilitam a incorporação de inovações tecnológicas e empresariais no tecido

produtivo territorial. Dentre os instrumentos a serem implementados por parte dos poderes locais objetivando estimular os empresários locais pode-se citar experiências como as incubadoras empresariais, os parques tecnológicos e os institutos tecnológicos setoriais. A escolha do modelo deve levar em conta as características próprias de cada território, pensando no que seria mais apropriado.

A criação de incubadoras de empresas visa multiplicar as iniciativas empresariais e impulsionar a transformação produtiva do território, oferecendo atendimento às demandas relativas aos problemas que podem inviabilizar o negócio, incluído o estudo de sua viabilidade econômica, financeira e ambiental.

4.2 A experiência em Florianópolis/SC

A experiência em Florianópolis/SC se dá por meio da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável (SMCTDES), que operacionaliza suas atividades por meio do Conselho Municipal de Inovação de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2012, Art. 10).

O Conselho Municipal de Inovação de Florianópolis foi criado pela Lei Complementar Nº 432, de 07 de maio de 2012, também chamada Lei Municipal de Inovação (FLORIANÓPOLIS, s/d).

De acordo com sua lei de criação, o Conselho Municipal de Inovação de Florianópolis tem como competências, entre outras, a formulação, proposição, avaliação e fiscalização de ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do Município, podendo essas serem tanto de iniciativas governamentais quanto de agentes privados. Também deve colaborar na articulação das ações entre vários organismos públicos e privados envolvidos na formulação da política de inovação com outros entes federativos e com a União. Além disso, deve promover estudos para prevenir e evitar os impactos sociais e ambientais negativos das inovações, através de políticas para o emprego e controle das condições de trabalho e de políticas de transição para a economia verde (FLORIANÓPOLIS, 2012, Art. 10).

O Conselho de Inovação não possui site próprio, mas uma *webpage* na *webpage* da referida secretaria. Do mesmo modo, não está presente nas redes sociais. Em sua *webpage*, há abas em que estão disponibilizadas informações tais como a “Agenda CMI”, cuja última atualização foi a postagem, para download, da ata de uma reunião do Conselho em dezembro de 2014. Na aba “Atas”, encontram-se disponibilizadas, também para *download*, as atas de sete reuniões realizadas entre 2012 e 2014. De modo geral, muitas informações na *webpage* da Secretaria estão desatualizadas (FLORIANÓPOLIS, s/d).

O Conselho de Inovação é formado por entidades públicas e privadas, e é presidido pelo Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, s/d). Sua formação compreende se dá conforme o quadro 1.

07	Representantes do Poder Público Municipal*.
06	Representantes das instituições de ensino superior, tecnológico e profissionalizante estabelecidas no município.
10	Representantes das associações, entidades representativas de categoria econômica ou profissional, agentes de fomento, instituições públicas e privadas, que atuem em prol da Ciência, Tecnologia e Inovação domiciliadas no município.
04	Representantes de parques tecnológicos e de inovação e as incubadoras de empresas inovadoras de Florianópolis.
01	Representante do Governo do Estado de SC.

Quadro 1 Composição do Conselho de Inovação

Fonte: elaboração própria.

* Designados por meio de decreto do Prefeito Municipal.

Para o período de 2012 a 2015, a composição foi definida pelo Decreto Nº 10.314, de 27 de setembro de 2012, de acordo com o quadro 2, tal como segue.

Representantes do Poder Público Municipal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sec. Mun. de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável; ▪ Sec. Mun. de Educação; ▪ Sec. Mun. da Receita; ▪ Sec. Mun. do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano; ▪ Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM;
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF; ▪ Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis IGEOF.
Representantes de instituições de ensino superior, tecnológico e profissionalizante	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC); ▪ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/SC); ▪ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SC); ▪ Centro de Educação Superior ÚNICA / SOCIESC; ▪ Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC; ▪ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; ▪ Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; ▪ Faculdade Decisão.
Representantes de associações, entidades representativas de categoria econômica ou profissional, agentes de fomento, instituições públicas e privadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia – ACATE; ▪ Associação Comercial e Industrial de Florianópolis – ACIF; ▪ Associação dos Empreendedores de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais da Região Metropolitana de Florianópolis – AMPE; ▪ Associação das Empresas Brasileiras da Tecnologia da Informação - ASSESPRO/SC; ▪ Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - Fecomércio/SC; ▪ Federação das Indústrias de Santa Catarina - Instituto Euvaldo Lodi - IEL/SC; ▪ Fundação Centros de Referência de Tecnologias Inovadoras – CERTI; ▪ Associação FloripAmanhã, Instituto Internacional de Inovação - i3; ▪ Sindicato das Empresas de Informática e Processamento de Dados da Região Metropolitana de Florianópolis – SEINFLO; ▪ Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE; ▪ Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES; ▪ Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina – FEESC.
Representantes de parques tecnológicos e de inovação e as incubadoras de empresas inovadoras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ParqTec Alfa; ▪ Midi Tecnológico; ▪ Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas – CELTA; ▪ Sapiens Parque.
Representante do Governo do Estado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sec. de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - Inova@SC

Quadro 2 Composição do Conselho de Inovação 2012-2015

Fonte: elaboração própria.

A maioria dos projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável (SMCTDES) são voltados predominantemente para a inclusão digital. São eles: Floripa Interativa, os Telecentros, a Cidade Digital, a Semana de Ciência e Tecnologia, o Aluno Monitor, o

Desafio Digital, Saber Digital, Animando a Cultura da Ilha, Laptops nas Escolas, Concurso Jovem Inovador, Mapeamento de RH em TIC, Mostra de Soluções Tecnológicas e Fórum CTI (FLORIANÓPOLIS, s/d).

O Mapeamento de RH em TIC foi um projeto cujo objetivo era mapear a demanda por recursos humanos e cursos de capacitação para o setor local de Tecnologia da Informação e Comunicação a fim de promover ações coordenadas de formação profissional suprimindo possíveis carências de profissionais qualificados e especializados para as empresas locais. A Secretaria teve como parceiro na realização desse projeto a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (ACATE). Os dados captados pela pesquisa, realizada em 2011, estão disponibilizados na *webpage* da Secretaria (FLORIANÓPOLIS, s/d).

A Mostra de Soluções Tecnológicas, cuja segunda edição foi realizada a em 2011 conforme informações disponibilizadas na *webpage* da Secretaria, foi um evento com objetivo de troca de informações, conhecimentos e experiências sobre os desafios de modernização da Prefeitura de Florianópolis e as soluções inovadoras oferecidas pelas empresas instaladas no município. O evento foi promovido pela Secretaria e pela Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (ACATE) e contou com a presença de cerca de 100 pessoas, entre empresários do setor tecnológico e representantes das secretarias e órgãos da Prefeitura de Florianópolis. A Mostra foi organizada em reuniões paralelas, divididas em seis áreas: saúde, educação, segurança, governo eletrônico, mobilidade e sustentabilidade e as apresentações realizadas em cada reunião estão disponibilizadas na *webpage* da Secretaria (FLORIANÓPOLIS, s/d).

Além do que foi exposto, destacam-se também as seguintes ações de desenvolvimento local e regional: a Rota da Inovação, a Cidade Inovadora e o Escritório de Projetos (FLORIANÓPOLIS, s/d).

A *Rota da Inovação* tem como objetivo criar e consolidar a região tecnológica Rota da Inovação de Santa Catarina, por meio da sinergia entre universidades, Núcleos de Inovação Tecnológica, incubadoras e indústrias, visando promover a ampliação da competitividade e do índice de sucesso das empresas. Para tal, as incubadoras participantes devem promover uma melhoria significativa de seus indicadores, o que será feito pela implantação/aperfeiçoamento, nas incubadoras afiliadas, de projeto/programas de sucesso da incubadora âncora. Essa proposta tem

site próprio (<http://www.rotadainovacao.org.br/index.php>), mas, no momento da presente pesquisa, entre os meses de outubro e novembro de 2015, não havia conteúdo atualizado *on line* (FLORIANÓPOLIS, s/d).

Florianópolis, a *Cidade Inovadora*, possui um polo tecnológico cuja criação e desenvolvimento se deu pela ação cooperada entre os governos federal, estadual e municipal, a universidade e a iniciativa privada. Nele, encontram-se as incubadoras CELTA e MIDI Tecnológico, além dos parques tecnológicos Alpha e Sapiens Parque. Em março de 2010 foi lançada a logomarca Capital da Inovação, representando a identidade de Florianópolis como celeiro de iniciativas inovadoras (FLORIANÓPOLIS, s/d).

O *Escritório de Projetos* é um convênio entre o Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Prefeitura de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável (SMCTDES). Esse convênio possibilitou a implantação do PMO (*Project Management Office*) ESAG, em junho de 2009, a partir das necessidades identificadas na elaboração e gestão de projetos públicos de forma efetiva e do intuito de fomentar a integração da universidade com a Prefeitura de Florianópolis. Seus objetivos, são (i) apoiar a elaboração de projetos de interesse público; (ii) capacitar os funcionários da PMF em elaboração e gerenciamento de projetos; (iii) integrar ações universitárias às necessidades da cidade; (iv) pesquisar e difundir oportunidades de captação de recursos; e (v) propor e implementar projetos que se apresentem como oportunidades de desenvolvimento para o município (FLORIANÓPOLIS, s/d).

4.3 A experiência em Curitiba/PR

A experiência em A Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A é uma sociedade de economia mista, criada em 2007 pela Lei nº 12.439/2007, tendo como missão “promover e liderar o desenvolvimento econômico e tecnológico de Curitiba, de forma integrada com a Região Metropolitana, priorizando a geração de trabalho, emprego e renda” (CURITIBA, s/d). Seu quadro societário é composto pela Prefeitura

Municipal de Curitiba, pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP-PR, pela Federação do Comércio do Estado do Paraná FECOMÉRCIO e também pela Federação das Associações Comerciais e Empresariais.

Sua finalidade é “fomentar a atividade econômica de Curitiba, através do desenvolvimento da infraestrutura, da base empresarial, da tecnologia e da inovação, com ênfase nas parcerias público-privadas”, razão pela qual presta assessoria, por meio de informações técnicas, sociais, econômicas e ambientais, a “investidores e empresas interessadas em instalar ou ampliar suas atividades no Município”. Assim, sua atuação se dá por meio da (i) promoção de eventos especiais que visem contribuir efetivamente para o fomento das atividades econômicas da cidade, (ii) execução de projetos e programas estratégicos de desenvolvimento econômico definidos pelo poder Executivo Municipal e (iii) atendimento de demandas empresariais (CURITIBA, s/d).

Desenvolve dois programas: o *Curitiba Empreendedora*, e o *Tecnoparque*. O *primeiro* tem por objetivo “fortalecer a base empresarial existente e estimular o empreendedorismo a partir do uso de mecanismos de fomento e apoio, orientando e auxiliando na formalização de microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas” (CURITIBA, s/d, p. 1). Já o *Tecnoparque* é um programa regulamentado pela Lei Complementar nº 64/2007 e pelo Decreto nº 310/2008, a qual foi alterada pela Lei Complementar nº 87/2012. Seus objetivos são (i) fomentar o desenvolvimento de empresas de base tecnológica e instituições de ciência e tecnologia, e (ii) difundir a cultura de conhecimento e inovação de setores estratégicos de alta tecnologia no Município de Curitiba. Oferece incentivos como redução ou isenção de imposto.

A Agência Curitiba é composta pela Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação, orientação e consulta da Sociedade, composto por nove membros, a saber, (i) o Prefeito de Curitiba, na qualidade de acionista majoritário do Município, que é o Presidente do Conselho; (ii) o Acionista Titular da Secretaria Municipal de Finanças – SMF, (iii) o Acionista Titular da Procuradoria Geral do Município – PGM; (iv) o Acionista Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC; (v) o Diretor Presidente da Agência Curitiba, (vi) um membro Efetivo e seu Suplente, na qualidade de acionistas indicados pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP;

(vii) um Membro Efetivo e seu Suplente, na qualidade de acionistas indicados pela Câmara Municipal de Curitiba – CMC; (viii) um Membro Efetivo e seu Suplente, na qualidade de acionistas indicados pelo Sistema FECOMÉRCIO; e (ix) um membro Efetivo e seu Suplente, na qualidade de acionistas indicados pela Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná - FACIAP.

O Conselho Fiscal da Agência Curitiba é composto por três membros, e seus suplentes, indicados pelo Sistema FECOMÉRCIO, pela Câmara Municipal de Curitiba - CMC, e pela Prefeitura Municipal de Curitiba - PMC. Há uma Diretoria Administrativa Financeira, que se subdivide em três funções setores: o da Tecnologia da Informação, o setor Administrativo e de recursos Humanos e o Setor Financeiro. A sua estrutura organizacional se configura tal como apresentado na figura 2, a seguir.



Figura 3 Organograma da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A
Fonte: CURITIBA, s/d

4.4 A experiência em São Paulo/SP

A experiência em São Paulo se dá por meio da São Paulo Negócios, que é uma empresa pública de economia mista, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, criada pela Lei 15.838, de 04 de julho de 2013, que expandiu o escopo da Companhia São Paulo de Parcerias, que fora criada pela lei 14.517 de 2007.

Suas competências compreendem a viabilização e a garantia da implementação do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, atuando em suas atividades. Deve identificar e articular oportunidades de investimentos nos setores econômicos definidos como estratégicos pelo Poder Executivo Municipal, articular-se com entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios no Município, potencializando a sua imagem, no Brasil e no Exterior, como polo de realização de negócios, atraindo novos investimentos, além de promover e estimular a expansão de empresas instaladas no Município. Além disso, deve auxiliar na proposição e implementação de medidas pela Administração Pública com a finalidade de otimizar o ambiente de negócios no Município e estruturar projetos de infraestrutura, concessões, parcerias público-privadas e outros projetos de interesse público, fornecer subsídios técnicos e auxiliar na sua implementação, conforme diretrizes do Poder Executivo Municipal (SÃO PAULO, 2013).

A SP Negócios atua em duas áreas, a saber, (i) de Projetos e (ii) de Negócios. Na área de Projetos promove a estruturação de projetos de parceria no âmbito do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas e Concessões, por meio de assessoria técnica no aprimoramento institucional e na estruturação dos projetos que envolvam interação com a iniciativa privada em diversas áreas, como mobilidade, saúde, educação, infraestrutura urbana, etc. (SP NEGÓCIOS, s/d).

Sua atuação na área de Negócios vai desde o suporte ao investidor e à promoção de investimentos até a articulação de parcerias institucionais, públicas e privadas e a melhoria do ambiente de negócios na cidade de São Paulo. Suas principais atividades são: (i) a melhoria do Ambiente de Negócios, por meio da desburocratização e integração dos sistemas municipais objetivando tornar mais

simples e rápida a abertura de novos empreendimentos; (ii) a promoção de Investimentos, estimulando investimentos por meio do atendimento e suporte a investidores e assessoria técnica à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico em ações de fomento e incentivo no âmbito da Política Municipal Tech Sampa e a Política Municipal de Incentivos para Prestadores de Serviços na Zona Leste entre outras; e (iii) Parcerias Municipais, realizando assessoria técnica à Secretaria Municipal de Cultura na captação de patrocínio e prospecção de parceiros privados que ajudem a viabilizar/potencializar os principais eventos culturais da cidade (SP NEGÓCIOS, s/d).

A estrutura organizacional da agência SP Negócios se configura tal como apresentado na figura 3, a seguir.

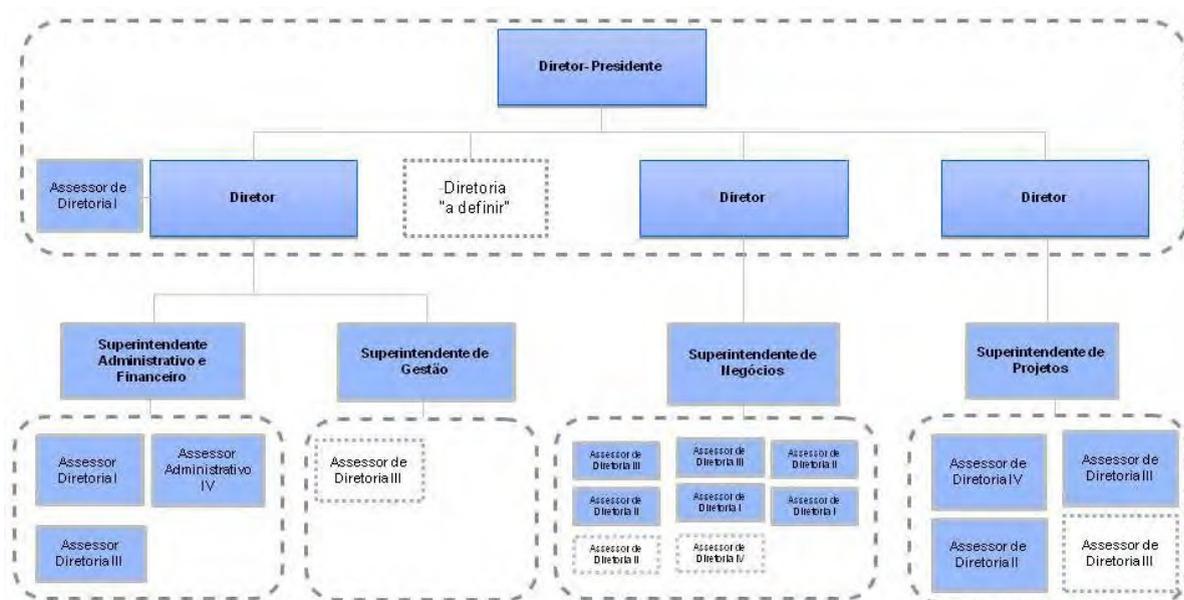


Figura 4 Organograma da SP Negócios

Fonte: SP NEGÓCIOS, s/d

Além de seu site (<http://www.spnegocios.com/>), a agência SP Negócios também se faz presente em redes sociais como o *facebook* (<https://pt-br.facebook.com/saopaulonegocios>), o *twitter* (@spnegocios) e o *linkedin* (São Paulo Negócios). Interessante observar que, embora a agência SP Negócios participe do *twitter* desde junho de 2013, tem três seguidores e ainda não “*tweettou*”.

4.5 A experiência no Rio de Janeiro/RJ

A experiência no Rio de Janeiro acontece com a Agência Rio Negócios, que foi criada, em 2010, pela Prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com a Associação Comercial do Rio de Janeiro, tendo sido idealizada a partir da articulação entre a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento (Sede) e o Instituto Municipal Pereira Passos com a iniciativa privada (FONTE, 2010).

Sua finalidade é atrair e facilitar a implantação de novas empresas e negócios na cidade do Rio de Janeiro, de modo particular, nos principais setores da economia, ou seja, Energia, Turismo, Entretenimento e Indústria Criativa, Nova Economia, que abrange Tecnologia da Informação e inovação científica, Indústria Imobiliária e de Construção Civil, *Call Center* e Serviços Compartilhados, isto é, aqueles que prestam serviços para outras empresas (FONTE, 2010).

Sua atuação compreende desde os estudos de viabilidade até a legalização e operação dos novos negócios e investimentos. Segundo Karine Fonte, o então secretário extraordinário de Desenvolvimento, Felipe Góes, teria mencionado que a inspiração para a criação da Agência Rio Negócios foi a agência londrina de desenvolvimento, a “*Think London*” (FONTE, 2010).

Além de seu site (<http://rio-negocios.com>), a agência Rio Negócios também se faz presente em redes sociais como o *facebook* (<https://pt-br.facebook.com/rionegocio>), no *twitter* (@RioNegocios) e o *linkedin* (rio-negocios).

4.6 A experiência em Vitória/ES

A agência responsável pelo desenvolvimento econômico local de Vitória é a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), que se trata de uma empresa pública municipal, sendo pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima. Foi criada pela Lei Municipal nº. 2.669 de 13 de fevereiro de 1980, mas iniciou suas atividades apenas em 1987 (VITÓRIA, 2015).

A Lei Nº 5.948 de 2003 dando nova redação ao Art. 2º da Lei Municipal 2.669, de 13 fevereiro de 1980, que já havia sido modificada pela Lei 3.345, de 08 de julho de 1986, afirma, em seu Art. 2º, que um dos objetivos da Companhia de Desenvolvimento de Vitória é:

a) formular e supervisionar a implementação de uma política de desenvolvimento do Município de Vitória, incentivando notadamente o desenvolvimento tecnológico além de promover a articulação para atrair a instalação de novas empresas no Município de Vitória; [...] (VITÓRIA, 2003, Art. 2º)

Assim, a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV) é a agência de negócios da Prefeitura, sendo responsável pela análise de conjunturas econômicas, desenvolver estudos e pesquisas, contratar projetos de viabilidade técnica e econômica, a afim de fomentar e desenvolver a economia local médio e longo prazos. Um ponto a ser observado é que a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV) tem como único acionista o município de Vitória (VITÓRIA, 2015).

Dentre os projetos desta agência estão o Parque Tecnológico, o Oceanário de Vitória, o Jardim Botânico da Fonte Grande, a Nova Praia de Camburi e a PPP do Saneamento, entre outros. Além disso, ainda mantém a incubadora de empresas TecVitória e o Facitec – Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia, por meio do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (VITÓRIA, 2015).

Em seu site, a Companhia de Desenvolvimento de Vitória apresenta notícias pertinentes às suas atividades, bem como um “portão transparência” em que disponibiliza informações acerca de contratações, recursos humanos, financeiro, editais de licitações e pregões eletrônicos (VITÓRIA, 2015).

Além de seu site (<http://cdvitoria.com.br/cdv2/>), a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV) também se faz presente em redes sociais como o *facebook* (<https://pt-br.facebook.com/CDV-Companhia-de-Desenvolvimento-de-Vitoria/213076245387852?fref=ts>), e o *linkedin* (Companhia de Desenvolvimento de Vitória – CDV). Não está presente no *Twitter*.

A estrutura organizacional da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV) se configura tal como apresentado na figura 4, a seguir.

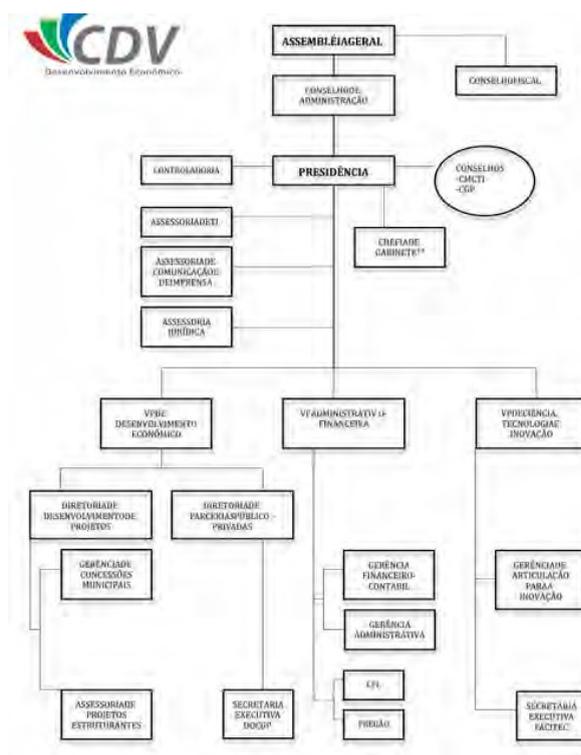


Figura 5 Organograma da Companhia de Desenvolvimento de Vitória
Fonte: CDV, 2012

4.7 A experiência em Belo Horizonte/MG

A experiência em Belo Horizonte se realiza por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, criada pela Lei Nº 9011 de 1 de Janeiro de 2005 (BELO HORIZONTE, 2015), à qual compete, entre outras atribuições, a coordenação, a elaboração e a execução de políticas e projetos destinados ao fomento econômico no Município, ou seja, destinados ao incremento e ao aperfeiçoamento da qualidade dos seus setores produtivos. Em outras palavras, compete-lhe a execução de atividades de atração, incentivo à criação, à preservação e à ampliação de empreendimentos, além de coordenar e promover a colaboração entre os setores público e privado por meio de estímulos de parcerias público-privadas, além de prestar suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CODECOM (BELO HORIZONTE, 2011).

Vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento se encontra a Secretaria Municipal Adjunta de Desenvolvimento Econômico, que “tem por finalidade

elaborar e implementar a política de fomento industrial, de comércio e de prestação de serviços, e outras parcerias que priorizem a vocação da Cidade” (BELO HORIZONTE, 2011, Art. 80-F).

As ações realizadas para a promoção de investimentos e desenvolvimento econômico do município foram o “Projeto Goal Belo!”, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Municipal (Codecom), reuniões com Entidades Representativas do Comércio e Serviços, o Programa BH Negócios, o Programa Microcrédito, o Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTec), além de feiras de Arte e de Artesanato, Livros, Antiguidades e de Comidas e Bebidas e apoio ao Cooperativismo.

O CODECOM- Conselho de Desenvolvimento Econômico foi criado pela Lei nº 7.638, de 19 de janeiro de 1999, que “tem por objetivo estabelecer a política de desenvolvimento econômico do Município, prescrever os incentivos e definir as condições de operacionalização e aplicação dos recursos do FUMDEBH” (BELO HORIZONTE, 1999, Art. 3º). Já o FUMDEBH é o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte, que “tem por objetivo fornecer suporte financeiro ao PROEMP e a outros programas da mesma natureza instituídos pelo Poder Público Municipal” (BELO HORIZONTE, 1999, Art. 2º). O PROEMP, por sua vez, é o Programa de Incentivo à Instalação e Ampliação de Empresas cujo objetivo é “fomentar a instalação de novas unidades empresariais no Município e a ampliação das já existentes” (BELO HORIZONTE, 1999, Art. 1º). Assim, tanto o referido fundo quanto o programa citado dependem do CODECOM, que é presidido pelo Prefeito de Belo Horizonte e tem como vice-presidente o Vice-Prefeito (BELO HORIZONTE, s/d).

Constituem o CODECOM, com membros titulares e suplentes, os seguintes órgãos e instituições: a Câmara Municipal de Belo Horizonte; as Secretarias Municipais de Desenvolvimento; de Finanças; de Planejamento, Orçamento e Informação; de Governo; a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE; o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/MG; a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG; e o Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BHTEC (BELO HORIZONTE, s/d).

Além dos membros titulares e suplentes, podem ainda participar de suas reuniões, sob prévio convite, outros órgãos ou instituições. Atualmente participam como membros convidados os seguintes parceiros: BHTRANS, BELOTUR, as

Secretarias Municipais Adjunta de Trabalho e Emprego, Adjunta de Relações Internacionais, de Serviços Urbanos, de Obras e Infraestrutura, de Políticas Sociais, ACMINAS - Associação Comercial de Minas, CDL-BH - Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, FECOMÉRCIO-MG - Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, FUMSOFT - Sociedade Mineira de Software, IBEDESS - Instituto Brasileiro de Estudos para Desenvolvimento do Setor da Saúde, SINDIVEST – Sindicato da Indústria do Vestuário do Estado de Minas Gerais, CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CUT-MG - Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores, UGT – União Geral dos Trabalhadores, PUC-MG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (BELO HORIZONTE, s/d).

Uma particularidade a ser apontada em relação ao funcionamento do CODECOM é o fato de que as funções de todos os seus membros são exercidas de modo gratuito, ou seja, sem quaisquer remunerações ou jetons (BELO HORIZONTE, s/d).

O “Projeto Goal Belo!” foi lançado em 2013, a fim de promover a cidade durante a Copa das Confederações da FIFA 2013 e a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. Em 2014, esse projeto reuniu executivos de 15 países, de 40 empresas internacionais, tendo gerado cerca de R\$ 75 milhões em negócios para os setores da Tecnologia da Informação/Startups e da Biotecnologia (BELO HORIZONTE, s/d).

Dentre os resultados alcançados pelo “Projeto Goal Belo!”, pode-se citar a promoção de Belo Horizonte como destino de negócios e investimentos, o aumento da visibilidade das suas empresas locais e inserção de suas atividades nos negócios internacionais, investimento estrangeiro em empresas locais, o estabelecimento de um escritório de uma empresa estrangeira no município gerando empregos e investimentos, dois acordos de parceria e cooperação assinados: Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTec) e Parque Tecnológico de Pando, do Uruguai; Ambiotec e a Associação de Empresas de Biotecnologia (ASEBIO), da Espanha. Além disso, na oportunidade, houve o lançamento oficial de um relatório internacional sobre *startups*, o *World Startup Report* (BELO HORIZONTE, s/d).

O Programa BH Negócios, implementado em 2011, em parceria com o Sebrae Minas, o Sebrae Nacional e o Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor (Centro CAPE) visa estimular o desenvolvimento de micro e pequenas

empresas por meio de orientação ao microempreendedor, realizando um diagnóstico de sua atividade comercial, visando à formalização das empresas (BELO HORIZONTE, s/d).

A Lei Nº Lei 9.011, de 01 de janeiro de 2005, em seu Art. 157, autoriza a “criação da Agência de Desenvolvimento Urbano e Econômico do Município de Belo Horizonte S.A., vinculada ao Gabinete do Prefeito, competindo-lhe o fomento industrial, de comércio e de prestação de serviços [...]”, entretanto, a referida agência não consta da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (figura 5) ou em qualquer outra referência que não seja a citada lei.

A estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte se configura tal como apresentado na figura 5, a seguir.

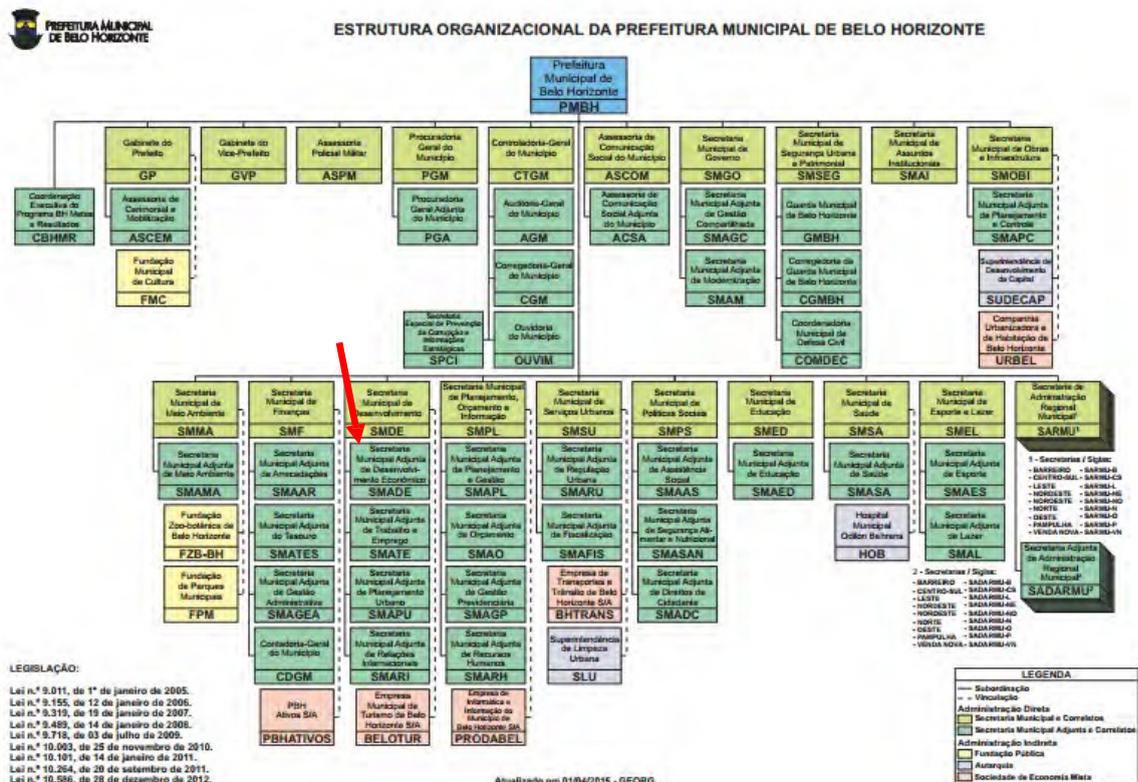


Figura 6 Estrutura Organizacional da PM de Belo Horizonte
 Fonte: BELO HORIZONTE, 2015

4.8 A experiência em Salvador/BA

A experiência em Salvador tem início, no ano de 2015, por meio da agência Salvador Negócios, criada por meio de um convênio foi firmado entre a Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento (Sedes), e a Associação Baiana para Gestão Competitiva (ABGC), com apoio da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio) (TRIBUNA DA BAHÍA, 2015).

De acordo com o Decreto Nº 26.134, de 11 de junho de 2015, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Emprego – SEDES foi criada pela Lei nº 8.376, de 20 de dezembro de 2012 e modificada pela Lei nº 8.725, de 29 de dezembro de 2014” (SALVADOR, 2015, Art. 1º). Ainda segundo o mesmo decreto, a referida secretaria tem por finalidade:

[...] formular, coordenar, executar, acompanhar e avaliar a política do desenvolvimento econômico, promover o relacionamento e a articulação com instituições de desenvolvimento afins, públicas e privadas, nacionais e internacionais, fomentar a atração de investimentos para o Município, desenvolver atividades voltadas à geração de emprego e renda e políticas de apoio ao trabalhador e desenvolvimento local das empresas do município, em especial as micro e pequenas, bem como articular as ações voltadas para a defesa do consumidor [...].(SALVADOR, 2015, Art. 2º)

Dentre suas áreas de competência, pode-se citar a identificação e divulgação de mecanismos, instrumentos e incentivos para a atração de investimentos que dinamizem a economia local; a promoção de ações que visem à atração de novos empreendimentos para o Município e à melhoria do ambiente de negócios; a formulação e execução da estratégia de desenvolvimento econômico no Município do Salvador; a formulação de políticas de incentivos fiscais e tecnológicos para fortalecimento da economia municipal, etc. (SALVADOR, 2015).

Assim, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Emprego – SEDES se mostra estratégica para mudança de cenário que Salvador apresentava no início da década de 2010. Nesse período, a partir da realização de um diagnóstico, constatou-se que as estatísticas econômico-sociais de Salvador eram desfavoráveis (altos índices de desemprego, número de empresas cresceu 34% menos do que a média das capitais do Nordeste, etc.) em razão de serem “reflexos de uma cidade que

não dispunha de políticas de atração de investimentos, nem de programas voltados à priorização de atividades produtivas estratégicas” (SALVADOR, 2013, p. 53).

Levando essa situação em consideração e pretendendo reverter o quadro desfavorável, a Prefeitura de Salvador propõe “a implantação de um núcleo qualificado para atender os empreendedores e captar novos investimentos e negócios para Salvador, com estrutura voltada à atração de investimentos para a cidade” (SALVADOR, 2013, p. 59). Desse modo, decidiu-se pela criação de uma agência de fomento de negócios com o objetivo de atrair investimentos de grande e médio porte a fim de trazer dividendos positivos para a economia da cidade (SALVADOR, 2013).

Dentre as metas para o ambiente de negócios, gestão 2013-2015, estão a criação e preenchimento de 40.000 vagas em cursos de qualificação com foco na empregabilidade, a formalização da situação dos trabalhadores informais, a atração de investimentos por meio de um sistema único de atendimento ao empresariado (SALVADOR, 2013, p. 53), tal como apresentado na figura 6.

#	Descrição da meta para a gestão 2013-2016	Indicador	Fonte	Valor de Referência	Data Referência	Meta 2014	Meta 2015	Meta 2016
1	Criar e preencher 40.000 vagas em cursos de qualificação, com foco na empregabilidade	Vagas preenchidas	SEDES	-	-	16.000	28.000	40.000
2	Formalizar a situação de 100 mil trabalhadores informais, por meio de um sistema de ações municipais integradas	Número de empreendedores e postos de trabalho formalizados por meio do Centro do Empreendedor Municipal	SEDES	-	-	40.000	70.000	100.000
3	Atrair R\$ 800 milhões de investimentos através de um sistema único de atendimento ao empresariado	Milhões de reais acumulados	SEDES	-	-	240	500	800

Figura 7 Metas para a gestão 2013-2016

Fonte: SALVADOR, 2013

A Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Emprego – SEDES não possui *site* próprio nem está presente nas redes sociais, mas uma *webpage* no *site* da Prefeitura e não está presente nas redes sociais. Do mesmo modo, a agência Salvador Negócios também ainda não se encontra nas mídias.

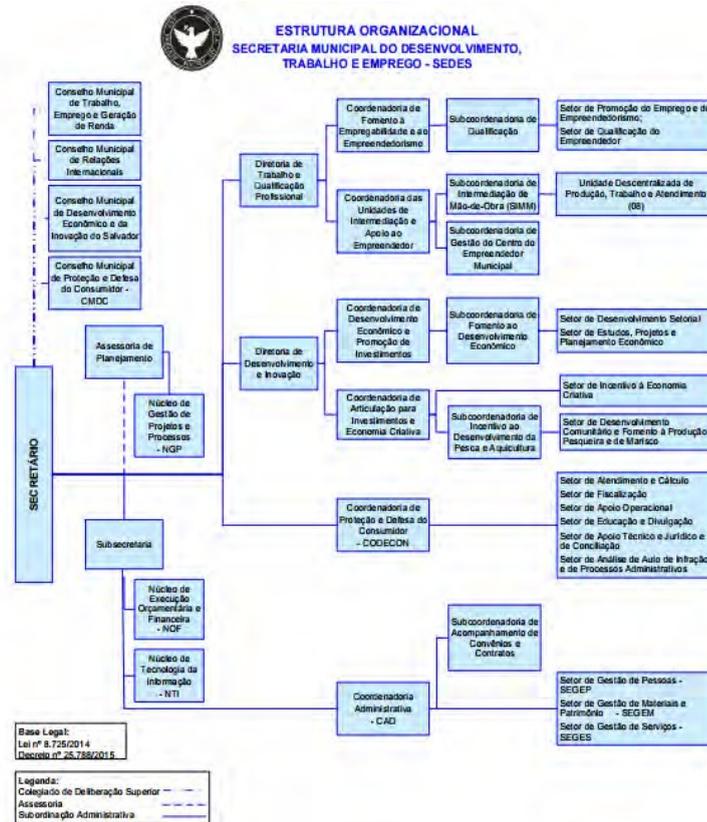


Figura 8 Estrutura Organizacional da SEDES
Fonte: SALVADOR, 2015

4.9 A experiência em João Pessoa/PB

A experiência em João Pessoa se realiza por meio das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção (SEDESP), criada pela Lei Nº 10.429, de 14 de fevereiro de 2005 (JOÃO PESSOA, 2005).

Os objetivos da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção (SEDESP) se subdividem em relação a três áreas, que são: (i) da indústria, comércio e serviços, (ii) de turismo, e (iii) de ciência e tecnologia (JOÃO PESSOA, 2005).

Na área da indústria, comércio e serviços, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção (SEDESP) tem como objetivos, entre outros, desenvolver a política municipal de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, identificar e explorar as potencialidades econômicas do Município, implementar medidas para a atração e implantação de novas empresas, elaborar e atualizar

permanentemente o seu plano de desenvolvimento econômico (JOÃO PESSOA, 2005).

Na área do turismo, comércio e serviços, estão entre seus objetivos desenvolver a política municipal de desenvolvimento do turismo, planejar, coordenar, supervisionar e avaliar os planos e programas de incentivo ao turismo, promover e divulgar o turismo do Município, estimular as iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas, divulgar e promover os eventos turísticos do Município; e também administrar o seu Fundo Municipal de Turismo. (JOÃO PESSOA, 2005).

Na área de ciência e tecnologia, seus objetivos são desenvolver a política municipal de pesquisa científica e tecnológica, estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, organizar e difundir as informações em ciência e tecnologia, promover a inclusão digital e a cooperação tecnológica, além de administrar o Fundo Municipal de Ciência e Tecnologia. (JOÃO PESSOA, 2005).

A estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção (SEDESP) apresenta divisão em cinco níveis, a saber, (i) de Direção Superior, (ii) de Aconselhamento, (iii) de Assessoramento, (iv) de Atuação Instrumental, (v) de Execução Programática. O Nível de Direção Superior, representado pelo Secretário de Desenvolvimento Sustentável da Produção. O Nível de Aconselhamento, constituído pelos Conselhos Municipais de Turismo; de Ciência, Tecnologia e Inclusão Social; e de Pequenos Negócios. O Nível de Assessoramento é composto pela Chefia de Gabinete do Secretário; a Secretaria Pessoal; e as Assessorias Jurídica; Especial de Estratégias e Projetos; e de Comunicação Social. O Nível de Atuação Instrumental é representado pela Diretoria de Administração e Finanças. O Nível de Execução Programática, que se subdivide nas Secretarias Executiva de Turismo; de Ciência e Tecnologia; e Diretoria de Fomento à Produção e Pequenos Negócios (JOÃO PESSOA, 2005).

Sua estrutura administrativa conta, no total, com 52 servidores divididos entre o quadro permanente de pessoal e os cargos de provimento em comissão. Não está prevista a participação de pessoas não ligadas à administração direta em seus processos decisórios.

O Plano de Ação João Pessoa Sustentável apresenta o resultado da aplicação da metodologia da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na cidade de João Pessoa/PA. Sua realização se deu pela colaboração entre o BID, a Caixa Econômica Federal (CAIXA), a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (Fadurpe), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), em um processo desenvolvido entre junho de 2013 e junho de 2014. O Plano de Ação João Pessoa Sustentável constatou, quanto à competitividade da economia, que em João Pessoa há deficiências principalmente na construção de uma estratégia coesa que se beneficie dos ativos da cidade, em especial o turismo e a relação da cidade com as indústrias presentes no entorno de seu território (INSTITUTO PÓLIS, 2014).

Tendo sido constatadas fragilidades na promoção do habitat de inovação, foram propostas as seguintes ações: (i) elaboração de estudo de viabilidade Parque Tecnológico e Incubadora de Negócios Secitec; (ii) fomento do empreendedorismo inovador no município de João Pessoa; (iii) a implantação do Parque Tecnológico e Incubadora de Negócios Secitec. Outro ponto constatado como deficitário foi o baixo incentivo para a criação de oportunidades de trabalho qualificado, ao que se propôs (i) a aquisição de ônibus para ampliação do Programa Territórios Empreendedores da PMJP Secretaria do Trabalho, Produção e Renda, (ii) a implantação de programa de treinamento e capacitação profissional para grupos de baixa e alta qualificação Secretaria do Trabalho, Produção e Renda, e (iii) a implantação de programa de treinamento e capacitação de pequenos e médios empresários (INSTITUTO PÓLIS, 2014).

A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção (SEDESP) não possui *site* próprio nem está presente nas redes sociais, mas uma *webpage* no *site* da Prefeitura. Do mesmo modo, não está presente nas redes sociais. Além disso, sua *webpage* não disponibiliza informações que seriam bastante relevantes para a presente pesquisa, tais como projetos e parecerias firmadas.

4.10 A experiência em Fortaleza/CE

A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico de Fortaleza/CE foi criada pela Lei nº8.283, de 30 de junho de 1999, e teve seu regulamento disposto pelo Decreto Nº 11248 de 02 de setembro de 2002 (FORTALEZA, 2002).

De acordo com o Decreto Nº 13.128/2013, a sua finalidade é implementar ações estratégicas de desenvolvimento econômico autossustentável que envolvam iniciativas de fortalecimento dos sistemas produtivos formal e informal. Para tal, sua ação se dá em dois eixos principais: (i) empreendedorismo e (ii) atração de investimentos. O primeiro eixo se traduz no estímulo a ações voltadas aos micro e pequenos empreendedores, com formalização de negócios, promoção de feiras e eventos, parceria com bancos para oferta de crédito, apoio à economia criativa e solidária e desenvolvimento inclusivo, entre outras (FORTALEZA, 2013).

A atração de investimentos se dá por meio de incentivos fiscais e do Parque Tecnológico. Tendo como fundamento a Lei Complementar nº 0205/2015, há dois programas de incentivos fiscais com o objetivo de desenvolver os negócios locais e atrair novos investimentos, a saber, (i) o Programa de Desenvolvimento Econômico do Município de Fortaleza (PRODEFOR) e (ii) o Programa de Apoio a Parques Tecnológicos e Criativos de Fortaleza (PARQFOR) (FORTALEZA, 2015).

O PRODEFOR tem como objetivo incentivar o desenvolvimento econômico e social do município por meio da concessão de incentivos fiscais a pessoas que venham a se instalar no território do Município, bem como às que já estão instaladas e que estejam em processo de revitalização, e àquelas que se encontram instaladas e visem expandir suas atividades econômicas. Os incentivos fiscais do PRODEFOR compreendem a redução do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) em até 60 %, do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) em até 60 %, e do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) em até 40% (FORTALEZA, 2015).

O PARQFOR visa incentivar o desenvolvimento econômico sustentável por meio do desenvolvimento de parques tecnológicos e criativos, da geração de empregos formais, do incremento da arrecadação tributária e do aprimoramento do bem-estar social, por meio da promoção da inclusão produtiva, da capacitação de

jovens e adultos, e de investimento em pesquisa e desenvolvimento e inovação. Os incentivos fiscais do PARQFOR consistirão na redução do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) em até 100 %, na redução do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) em até 60 %, e do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) em até 100% (FORTALEZA, 2015).

O Parque Tecnológico ainda está em fase de planejamento, entretanto, sabe-se que, para a sua implementação, está sendo considerada a localização estratégica da Praia do Futuro, onde se encontram cabos submarinos de fibra ótica que permitem comunicação direta com os principais centros econômicos mundiais (FORTALEZA, 2015).

A Secretaria não possui *site* próprio nem está presente nas redes sociais, mas uma *webpage* (<http://www.fortaleza.ce.gov.br/sde/agencia-de-desenvolvimento-economico>) no *site* da Prefeitura. Do mesmo modo, não está presente nas redes sociais. Em sua *webpage*, a Secretaria apresenta informações como sugestões a empreendedores, estudos e pesquisas, por bairro, visando elaborar um retrato do município com a finalidade de que “possibilite a construção de políticas públicas que melhorem economicamente cada região da Cidade” e fornecem informações que auxiliem o processo de diagnóstico, formulação de soluções e desenvolvimento de negócios (FORTALEZA, s/db).

De acordo com sua *webpage*, atualmente, “a Agência encontra-se em fase de estudo e estruturação no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico” (FORTALEZA, s/db).

O organograma da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico de Fortaleza/CE se configura tal como apresentado na figura 7, a seguir.

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

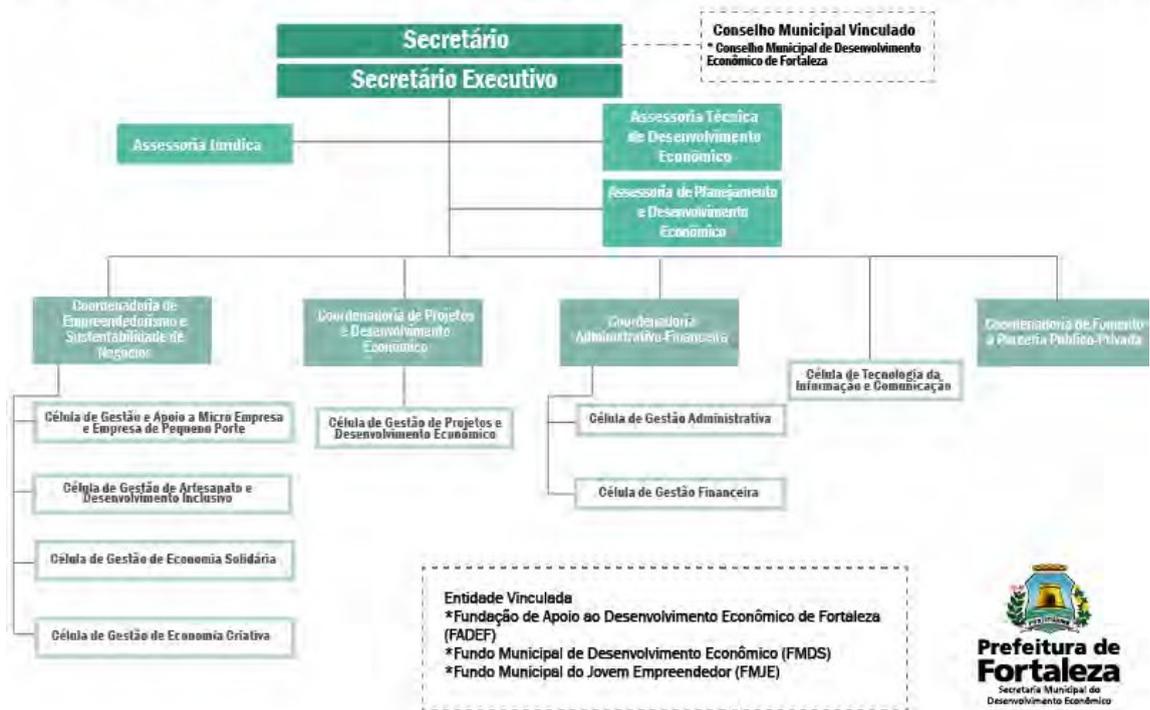


Figura 9 Organograma da SMDE
Fonte: FORTALEZA, s/d

5 ANÁLISE DOS DADOS

As agências econômicas locais elencadas não apresentam características idênticas, ao contrário, elas se organizam de acordo com a sua realidade, seu território, etc. Assim como afirmam Swinburn et al. (2006), as agências de desenvolvimento econômico podem tanto ser organizações independentes ou semi-independentes quanto entidades privadas, das nove agências apresentadas, quatro são de Direito Privado e cinco de Direito Público, sendo que as primeiras apresentam maior flexibilidade que as últimas.

Conforme refere Vazquez Barquero (2000), em sua maioria, a configuração que apresentam bem como a sua constituição, em maior ou menor grau, se dá por meio da parceria público-privada, inclusive com a participação de representantes da iniciativa privada na gestão de projetos ou mesmo da própria agência. Isso favorece a flexibilização da ação pública e a implementação de ações e projetos, possibilitando maior atração de negócios e investimentos para o município. A exceção é a de João Pessoa visto que não está prevista a participação de pessoas não ligadas à administração direta em seus processos decisórios. Isso pode se tornar um fator desfavorável ao desenvolvimento econômico, pois, sendo a agência constituída de agentes públicos, muitas vezes pode ocorrer um distanciamento da realidade de mercado vivida pelos empreendedores da iniciativa privada. Assim, convém que ações que visem o incremento do empreendedorismo e mesmo a capacitação profissional sejam realizadas sob consultoria de especialistas da área a fim de que sejam satisfeitas as reais necessidades do setor.

Como se observa no quadro 3, as agências de desenvolvimento são iniciativas recentes na economia das capitais brasileiras, e são, em sua maioria, instituições de Direito Público, tal como demonstra o quadro 4. Das nove agências elencadas, duas se encontram na Região Sul do Brasil, quatro na região Sudeste e três na Região Nordeste. Destas, apenas seis estão de fato em funcionamento, a saber, as das regiões Sul e Sudeste. As agências da região Nordeste ainda não estão consolidadas, pois uma foi recém-criada e as outras duas estão em fase de estudos e implementação de ações.

Quadro 3 Criação e situação

Capital/UF	Legislação	Ano	Situação
Florianópolis/SC	Lei Comp. nº 432	2012	Consolidada.
Curitiba/PR	Lei nº 12.439	2007	Consolidada.
São Paulo/SP	Lei nº 14.517	2007	Consolidada.
Rio de Janeiro/RJ	Não consta	2010	Consolidada.
Vitória/ES	Lei nº. 2.669	1980*	Consolidada.
Belo Horizonte/MG	Lei nº 9011	2005	Consolidada.
Salvador/BA	Não consta	2015	Em implementação.
João Pessoa/PB	Lei nº 10.429	2005	Não consolidada.
Fortaleza/CE	Lei nº 8.283	1999	Não consolidada.

Fonte: elaboração própria

* Início de suas atividades: 1987.

Quadro 4 Natureza Jurídica

Capital/UF	Direito Público	Direito Privado
Florianópolis/SC	X	
Curitiba/PR		X
São Paulo/SP		X
Rio de Janeiro/RJ		X
Vitória/ES		X
Belo Horizonte/MG	X	
Salvador/BA	X	
João Pessoa/PB	X	
Fortaleza/CE	X	

Fonte: elaboração própria

Das agências de desenvolvimento, apenas as de Direito Privado se fazem presente na *internet* por *site* e mantêm perfis em outras mídias/redes sociais. As agências de Direito Público são divulgadas por meio de *webpages* ancoradas nos *sites* de suas Prefeituras Municipais e não estão presentes nas redes sociais. Disso se conclui também que, dentre as agências de desenvolvimento local apresentadas, as que melhor se comunicam, ou seja, interagem com a sociedade de diversos modos, tais como as mídias diversas e redes sociais (*facebook, twitter, linkedin, site*), são justamente as agências de Direito Privado. As informações acerca do seu

funcionamento, sua constituição, seus objetivos e projetos apresentam maior transparência do que as instituições de Direito Público. Nestas últimas, a dificuldade para se obter informações muitas vezes atrasa a pesquisa e são de mais difícil compreensão, são órgãos públicos e a sua burocracia parece engessar as suas relações com a sociedade. Essas informações se encontram nos quadros 5 e 6.

Quadro 5 Portal

Capital/UF	Webpage	Site
Florianópolis/SC	X	
Curitiba/PR	---	X
São Paulo/SP	---	X
Rio de Janeiro/RJ	---	X
Vitória/ES	---	X
Belo Horizonte/MG	X	---
Salvador/BA	X	---
João Pessoa/PB	X	---
Fortaleza/CE	X	---

Fonte: elaboração própria

Quadro 6 Presença em outras mídias

Capital/UF	Facebook	Linkedin	Twitter
Florianópolis/SC	---	---	---
Curitiba/PR	X	X	X
São Paulo/SP	X	X	X
Rio de Janeiro/RJ	X	X	X
Vitória/ES	X	X	----
Belo Horizonte/MG	---	---	---
Salvador/BA	---	---	---
João Pessoa/PB	---	---	---
Fortaleza/CE	---	---	---

Fonte: elaboração própria

Observe-se a localização das agências identificadas nas capitais brasileiras e Porto Alegre, no mapa a seguir.



Figura 10 Mapa político do Brasil com a localização das agências
Fonte: IBGE, 2015

As ações das agências são voltadas para: a atração de investimentos; a criação de um ambiente propício à instalação de novas empresas e desenvolvimento das já existentes no território; o estímulo aos parques industriais e tecnológicos e incubadoras empresariais; a negociação com diversos níveis do governo e mesmo com agentes internacionais, além da promoção e marketing local, além de atuar na orientação estratégica acerca dos recursos e potencialidades do município. Dentre as ações estratégicas desenvolvidas pelas agências a fim de reduzir o desemprego destaca-se a capacitação profissional de modo a gerar ou aperfeiçoar a mão-de-obra local por meio de cursos oferecidos pelo poder público.

Embora, como já informado, suas configurações possam ser diferentes, há um fator unânime entre as agências, que é o seu objetivo, a saber, a promoção e o apoio às iniciativas locais (VAZQUEZ BARQUERO, 2000), que pode se dar por meio da assessoria técnica, da promoção do desenvolvimento econômico, atraindo novos investimentos, mantendo e estimulando os empreendimentos já existentes

(SWINBURN et alii, 2006). Esses objetivos podem ser constatados na legislação de criação de todas as agências.

No que diz respeito à inovação ou a “ambientes favoráveis”, todas as agências se propõem, em seus objetivos, a promoção da inovação e/ou do empreendedorismo inovador, pois seus gestores parecem compreender que esse quesito constitui uma ação estratégica para o incremento da produtividade e da competitividade do tecido empresarial local (ALBUQUERQUE, 1998). O maior destaque neste quesito é a experiência de Florianópolis, visto que a cidade chegou a receber o título internacional de Cidade Inovadora.

As agências também estão de acordo com o que a literatura estudada propõe no que diz respeito ao fomento da criação e desenvolvimento de empresas e de clusters (VAZQUEZ BARQUERO, 2007), visto que possuem, pelo menos, algum tipo de parque industrial ou tecnológico ou incubadora empresarial. A exceção se faz pelas experiências de Salvador/BA e de João Pessoa, pois, a primeira, foi recentemente criada e a última está em processo de estudos de viabilidade e implementação.

Dos dados apresentados, compreende-se que, de fato, as agências das capitais seguem a formação sugerida pelos teóricos do desenvolvimento, tal como apresentada no presente estudo. As atividades que desenvolvem podem ser consideradas de desenvolvimento econômico local, segundo a literatura, pois seus objetivos dizem respeito diretamente ao fomento e à promoção do desenvolvimento econômico local por meio do incentivo da inovação e da criação de um ambiente inovador, da tentativa de atração de empresários e investimentos por meio de incentivos fiscais, do oferecimento de cursos para a formação de mão-de-obra qualificada, a prestação de assessoria aos empresários e demais informações econômicas, sociais e culturais da cidade, a fim de superar falhas e assimetrias de informação, valorizando a cidade e indicando seus potenciais.

A exceção feita diz respeito às experiências em Salvador/AS e em João Pessoa/PA, tal como já foi referido. Essas agências estão em fase de implementação e estudos de viabilidade mais em razão de uma firme sugestão do BNDES a partir da análise de seus indicadores econômicos do que propriamente pela iniciativa do Poder Executivo Municipal. Entretanto, embora ainda não estejam ativas já apresentam projetos a serem executados.

Tal como já exposto no item 4.1, a principal finalidade das agências de desenvolvimento econômico não é o apoio financeiro, mas a assessoria técnica, a promoção do desenvolvimento econômico e a atração novos investimentos. As instituições elencadas, mesmo as que se propõem a agregar esforços de desenvolvimento econômico, aumentar o ritmo de resposta da cidade aos seus investidores, ampliar a escala da implementação que for possível, melhorar a reputação e a credibilidade das cidades fomentando a confiança do investidor externo no processo de tomada de decisão, encontrar os meios adequados para compartilhar os custos e riscos entre aqueles que promovem desenvolvimento e investimentos, etc.

No que diz respeito à governança na interação das agências e a iniciativa privada, observa-se que não há modelo único de governança. Entretanto, percebe-se um maior protagonismo, no mais das vezes, no setor público, pois elabora projetos de incremento de desenvolvimento e de atração de investimentos.

Ao serem implementadas, mesmo as que ainda não estão consolidadas, reconhece-se a sua necessidade no desenvolvimento econômico local, pois tendem a se tornar um instrumento de coordenação de parcerias entre o setor público e o setor privado, atraindo investimentos, incrementando as empresas existentes e gerando novos empregos e melhorias diversas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos apresentados na Introdução do presente trabalho foram satisfeitos do modo que segue descrito a seguir.

No segundo capítulo, procedeu-se a apresentação dos conceitos e teorias tal como desenvolvidos por autores clássicos acerca do desenvolvimento econômico local, realizando distinções consideradas necessárias a fim de evitar o inquietante fenômeno da equivocidade, a saber, esclarecendo acerca de noções, tais como crescimento econômico x desenvolvimento econômico, etc. Assim, abordou-se aspectos como os determinantes do desenvolvimento econômico local, seus atores, a importância do território e do entorno inovador, bem como das políticas públicas de desenvolvimento local. A relevância dessa etapa do estudo é a necessidade de se construir uma base conceitual que possibilite a compreensão das demais etapas do trabalho.

No terceiro capítulo, foi selecionada uma amostra das pesquisas que têm sido realizadas tendo como escopo as agências de desenvolvimento econômico local. Essa amostra foi constituída de sete estudos, desde até teses de doutorados.

No quarto capítulo, empreendeu-se a pesquisa acerca da existência, ou não, de agências de desenvolvimento econômico local nas capitais brasileiras, excetuando-se Porto Alegre/RS, tal como havia sido informado na Introdução. Constatou-se a existência de nove agências de desenvolvimento econômico local, das quais seis estão consolidadas, uma foi criada há menos de seis meses e outras duas estão em fase de estudos e organização de ações e projetos. A maior parte foi criada na primeira década do século XXI. A natureza jurídica das agências identificadas, em sua maioria, é de Direito Público.

A parceria público-privada é uma característica predominante na configuração das agências elencadas. Compreende-se isso pelo fato que o setor público local não pode implementar sozinho ações voltadas ao desenvolvimento econômico. Entretanto, elas não podem ser implementadas sem o setor público, pois é necessário que se estabeleça coordenação e sinergia entre os diversos atores, sejam eles os governos locais, as comunidades, o setor privado e as instituições. Só assim é

possível que eles produzam ações coordenadas e articuladas em prol do desenvolvimento econômico local.

Deve-se considerar também, em razão da relevância da informação, que não foram identificadas instituições com as características necessárias para a configuração de agência de desenvolvimento econômico local nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Entre as limitações da presente pesquisa, pode-se citar que o uso de dados secundários implica em não ter controle sobre a precisão dos mesmos. Houve também alguma dificuldade na obtenção dos dados necessários em algumas instituições, devido à falta de informações em suas *webpages*, bem como dados e informações muito dispersos, pouco divulgados ou não divulgados. Do mesmo modo, o uso exclusivo de dados públicos, embora facilite uma pesquisa cujo escopo sejam várias capitais reduzindo seu custo e dispêndio de tempo, implica em trabalhar com dados que podem não ser os mais atualizados possível.

Tendo em mente a exiguidade do presente trabalho e suas limitações, compreende-se como interessante que estudos posteriores sejam realizados a fim de verificar se a existência de agências de desenvolvimento local exerce influência significativa sobre o desempenho dos indicadores de desenvolvimento econômico dos municípios em que se encontrem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Traduzido por Antonio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998, 151p. Disponível em: <<http://home.ufam.edu.br/valparente/Albuquerque%20F.%20Desarrollo%20economico%20local.pdf>>. Acesso em: outubro de 2015.

ALIN-MIHAI, Gal. The importance of the economic sector in local development. **Analele Universității “Constantin Brâncuși” din Târgu Jiu**, Seria Economie, Nr. 4/2010. Disponível em: <http://www.utgjiu.ro/revista/ec/pdf/2010-04.II/28_alin_mihai_gal.pdf>. Acesso em: setembro de 2015.

ALMEIDA, Charles Dias de. **Análise das contribuições de políticas públicas direcionadas às micro e pequenas empresas: um estudo de caso na Agência de Desenvolvimento de São João da Boa Vista – SP**. 2008. Dissertação de Mestrado. Biblioteca Digitais de Teses e Dissertações da USP. Disponível em: <<http://biblioteca.versila.com/2353853/analise-das-contribuicoes-de-politicas-publicas-direcionadas-as-micro-e-pequenas-empresas-um-estudo-de-caso-na-agencia-de-desenvolvimento-de-sao-joao-da-boa-vista-sp-analysis-of-the-contributions-of-public-policies-targeted-to-micro-and-small-enterprises-a-case-study-in-the-development-agency-of-sao-joao-da-boa-vista>>. Acesso em: novembro de 2015.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, jun 2001. P 261-286. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>. Acesso em: novembro de 2015.

ARAUJO, Kleyferson Porto de. **Desenvolvimento econômico local em Porto Alegre e Santo André**: um estudo sobre o papel das administrações municipais frente ao mainstream político e acadêmico conservador. Instituição: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em Economia. Área de concentração: Economia Regional e Urbana. Nível: Dissertação (mestrado). Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Orientador: Ana Cristina de Almeida Fernandes. Data de Defesa: 13-02-2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000339254&fd=y>>. Acesso em: outubro de 2015.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Gabinete do Prefeito. **Lei nº 7.638**, de 19 de janeiro de 1999. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=codecom&lang=pt_BR&pg=7121&tax=17983>. Acesso em: outubro de 2015.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Gabinete do Prefeito. **Lei Nº 10.101**, de 14 de janeiro de 2011. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2011/1010/10101/lei-ordinaria-n-10101-2011-altera-a-lei-n-9011-05-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: outubro de 2015.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Gabinete do Prefeito. **CODECOM**. s/d. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=codecom&lang=pt_BR&pg=7121&tax=17983>. Acesso em: outubro de 2015.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Gabinete do Prefeito. **Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**. 01/04/2015. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=pmbh2008novoportal.pdf>>. Acesso em: outubro de 2015.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Gabinete do Prefeito. **Lei Nº 9011**, de 1 de Janeiro de 2005. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2005/901/9011/lei-ordinaria-n-9011-2005-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-da-administracao-direta-do-poder-executivo-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: outubro de 2015.

BOCCA, Dagny Fischer. **Efeito da existência de agências de desenvolvimento sobre os indicadores de desenvolvimento sustentável nos municípios do estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Departamento de Administração. Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/.../DagnyFischerBocca.pdf>. Acesso em: outubro de 2015.

BORBA, Robinson Antonio Vieira. **Cidade Cognitiva**: Proposição para o Desenvolvimento Local na Era do conhecimento. Tese de doutoramento. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde.../CidCognBibIUSP.pdf>. Acesso em: novembro de 2015.

BORGES FILHO, Álvaro de Oliveira. **Estrutura de Referência aplicada à Gestão Estratégica capaz de promover o Desenvolvimento Regional Sustentável na região de Guarapuava-PR**. Tese. Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Centro tecnológico. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102894/224476.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>>. Acesso em: novembro de 2015.

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política económica regional. **Gestão e Desenvolvimento**, 9, p. 103-136, 2000. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9090/1/gestaodesenvolvimento9_103.pdf>. Acesso em: dezembro de 2015.

CDV. Companhia de Desenvolvimento de Vitória. **Organograma**. Maio de 2012. Disponível em: <http://cdvitoria.com.br/cdv2/?page_id=247>. Acesso em: novembro de 2015.

CISI, Pedro Henrique Reato. **Análise das contribuições da Agência de Desenvolvimento de São João da Boa Vista – SP na geração de emprego e renda por meio da captação de novas indústrias**. Trabalho de conclusão de curso. Licenciatura em Geografia Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, 2011. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/TCC%20Pedro.pdf>>. Acesso em: outubro de 2015.

CMN - Conselho Monetário Nacional. Banco Central do Brasil. **Resolução Nº 2.828**. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento. Brasília, 29 de março de 2001. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2001&numero=2828>>. Acesso em: setembro de 2015.

CURITIBA. Prefeitura de Curitiba. Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A. **Histórico**. S/d. Disponível em: <<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=1>>. Acesso em: setembro de 2015.

CURITIBA. Prefeitura de Curitiba. Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A. **Organograma Sistêmico**. S/d. Disponível em: <<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=61>>. Acesso em: setembro de 2015.

CURITIBA. Prefeitura de Curitiba. Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A. **Transparência - Agência Curitiba de Desenvolvimento**. 2015. Disponível em: <<http://www.agenciacuritiba.com.br/publico/conteudo.aspx?codigo=224>>. Acesso em: setembro de 2015.

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Florianópolis. **Lei Complementar Nº 432**, de 07 de maio de 2012. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2012/44/432/lei-complementar-n-432-2012-dispoe-sobre-sistemas-mecanismos-e-incentivos-a-atividade-tecnologica-e-inovativa-visando-o-desenvolvimento-sustentavel-do-municipio-de-florianopolis?q=Lei%20Complementar%20n%BA%20432%2F2012>>. Acesso em: setembro de 2015.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura de Florianópolis. Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável. Conselho Municipal de Inovação. **Sobre o Conselho**. S/d. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/smctdes/index.php?cms=sobre+o+conselho&menu=5>>. Acesso em: novembro de 2015.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura de Florianópolis. Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável. Conselho Municipal de Inovação. **Membros do CMI**. S/d. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/smctdes/index.php?cms=membros+do+cmi&menu=5>>. Acesso em: novembro de 2015.

FONTE, Karine. **Prefeitura do Rio lança agência para atrair novos negócios para a cidade.** 14/05/2010. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=793779>>. Acesso em: setembro de 2015.

FORTALEZA. Poder Executivo. **Decreto Nº 11248**, de 02 de setembro de 2002. Diário Oficial do Município. Fortaleza, 10 de setembro de 2002. Ano L – Nº 12416. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/u1805/decreto_11248_de_02_de_setembro_de_2002_-_regulamento_da_secretaria_de_desenvolvimento_economico_-_sde_0_0.pdf>. Acesso em: setembro de 2015.

FORTALEZA. Poder Executivo. Diário Oficial de Fortaleza. **Decreto Nº 13.128**, de 29 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/u1805/decreto_no_13128_de_29_de_abril_de_2013-_estrutura_sde_0.pdf>. Acesso em: setembro de 2015.

FORTALEZA. Poder Executivo. **Incentivos Fiscais.** 2015. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/sde/incentivos-fiscais>>. Acesso em: setembro de 2015.

FORTALEZA. Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico. **Mapeamento Socioeconômico de Fortaleza.** s/db. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/sde/mapeamento-socioeconomico-de-fortaleza>>. Acesso em: setembro de 2015.

FORTALEZA. Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico. **Organograma.** s/d. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/sde/organograma>>. Acesso em: setembro de 2015.

GAROFOLI, Gioacchino. **I progetti integrati territorial e la “governance” dello sviluppo locale.** Progetto SPRINT – Sostegno alla progettazione integrata. Documento di lavoro. 2008. Disponível em: <http://economia.unipv.it/pagp/pagine_personal/garofoli/1213/La%20progettazione%20integrata%20territoriale.pdf>. Acesso em: setembro de 2015.

GAROFOLI, Gioacchino. Lo sviluppo locale: modelli teorici e comparazioni internazionali. **Rivista Meridiana**, nn. 34-35, 1999, p. 71-96. Disponível em: <<http://www.rivistameridiana.it/files/Garofoli,-Lo-sviluppo-locale.pdf>>. Acesso em: setembro de 2015.

IBGE. Portal de Mapas. **Mapa Político do Brasil 2015.** Disponível em: <<http://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa97>>. Acesso em dezembro de 2015.

INSTITUTO PÓLIS. Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis. **João Pessoa Sustentável: Plano de Ação.** Setembro/ 2014. Disponível em: <http://polis.org.br/wp-content/uploads/Plano_de_Acao_Joao_Pessoa_ICES.pdf>. Acesso em: novembro de 2015.

JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal de João Pessoa. Gabinete do Prefeito. **Lei Nº 10.429**, de 14 de fevereiro de 2005. Estrutura Administrativa da Prefeitura do

Município De João Pessoa. Disponível em: <http://www.ipmjp.pb.gov.br/site/wp-content/uploads/PDF/Legislacao/Municipal/Lei_Municipal_10.429.pdf>. Acesso em: outubro de 2015.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economía Internacional** - Teoría y política. Traducción: Yago Moreno. Madrid: Pearson- Addison Wesley, Séptima Edición.

MANUAL DE OSLO. **Proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica**. Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento. Departamento Estatístico da Comunidade Européia. Brasília: OECD/FINEP, 2005. Disponível em: <http://download.finep.gov.br/imprensa/manual_de_oslo.pdf>. Acesso em: setembro de 2015.

MATTOS, Juliana Braga de. Fundação Getúlio Vargas. Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas. **Conhecimento científico e inovação**: um binômio para o desenvolvimento econômico. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12173/JBM_individual_21out.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: outubro de 2015.

MILONE, Paulo Cesar. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. (orgs.). **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

MORAES, Renato de Oliveira; BATISTA, Maria Cristina Vieira. Gestão de Projetos de Desenvolvimento Local – uma análise dos fatores críticos de sucesso. **Latin American Journal of Business Management**. v. 4, n. 1, p. 152-176, jan-jun/2013, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <<http://www.lajbm.net/index.php/journal/article/view/125/78>>. Acesso em: novembro de 2015.

MOUNTFORD, Debra. OECD. **Organising for local development: the role of local development agencies. Summary Report**. P. 26-27 November 2009, working document, CFE/LEED, OECD. Disponível em: <www.oecd.org/dataoecd/54/41/44682618.pdf?contentId=446>. Acesso em: setembro de 2015.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Revista Economia**. Brasília(DF), v.9, n.1, p.1–21, jan/abr 2008. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1_21.pdf>. Acesso em: setembro de 2015.

ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri; CORTEZ, Ana Tereza C. (organizadoras). **Da produção ao consumo**: impactos socioambientais no espaço urbano. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel; CUNHA, André Moreira. **Noções de Economia**. Brasília: FUNAG, 2008.

PIETERSE, Jan Nederveen. **Development Theory**. London: Sage, 2010. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=djCr5_NHOjsC&printsec=frontcover&dq=Development+Theory+pieterse&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CBsQ6AEwAGoVChMI9tCQ0cOGyAIViYKQCh1CPwID#v=onepage&q=Development%20Theory%20pieterse&f=false. Acesso em: setembro de 2015.

PIETERSE, Jan Nederveen. My paradigm or yours?: Alternative development, post-development, reflexive development. Working Papers Series 229. September 1996. **ISS Working Papers - General Series**. International Institute of Social Studies of Erasmus University Rotterdam (ISS), The Hague. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/paper/emseuriss/18959.htm>. Acesso em: setembro de 2015.

PIRES, Luis Henrique. A descentralização do poder e a regionalização das soluções como instrumentos de promoção do desenvolvimento local/regional. In: DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (Orgs.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 102-129. Disponível em: <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf>. Acesso em: setembro de 2015.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. Gabinete do Prefeito. **Decreto Nº 26.134**, de 11 de junho de 2015. Aprova o regimento da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Turismo e Cultura - SEDES. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2015/2613/26134/decreto-n-26134-2015-aprova-o-regimento-da-secretaria-municipal-do-desenvolvimento-trabalho-e-emprego-sedes>. Acesso em: outubro de 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. **Lei Nº 15.838**, de 4 de julho de 2013. Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=05072013L%20158380000. Acesso em: setembro de 2015.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Col. Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1998.

SEBRAE. **Balanco social**: Sebrae Minas 2011 - 2014. Belo Horizonte: SEBRAE Minas, 2014. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MG/Quem%20Somos/Balanco_Social_Sebrae_Minas_2015.PDF. Acesso em: novembro de 2015.

SEN, Amartya. **Development as Freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 2000.

SP NEGÓCIOS. Prefeitura de São Paulo. **O que fazemos**. s/d. Disponível em: <http://www.spnegocios.com/pt-br/oportunidades/que-fazemos>. Acesso em: setembro de 2015.

SP NEGÓCIOS. Prefeitura de São Paulo. **Organograma**. s/d. Disponível em: http://www.spnegocios.com/sites/default/files/images_materia/organograma_0.jpg. Acesso em: setembro de 2015.

STRATHERN, Paul. **Uma breve história da Economia**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SWINBURN, Gwen; GOGA, Soraya; MURPHY, Fergus. Desenvolvimento econômico local: um manual para a implementação de estratégias para o desenvolvimento econômico local e planos de ação. Janeiro de 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTLED/552648-1107469268231/20925549/Portuguese_Primer.pdf>. Acesso em: setembro de 2015.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desarrollo Económico Local y Descentralización**: aproximación a un marco conceptual. Proyecto CEPAL/GTZ "Desarrollo Económico Local Y Descentralización En América Latina". Santiago, Chile, 2000.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desarrollo endógeno**. Teorías y políticas de desarrollo territorial Investigaciones Regionales, núm. 11, 2007, pp. 183-210 Asociación Española de Ciencia Regional. Madrid, España. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28901109>>. Acesso em: novembro de 2015.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Editorial Homo Sapiens, Rosario, 2001. Disponível em: <<http://www.institutodeestudiosglobales.org/resources/Desarrollo%20end%C3%B3geno%20y%20globalizaci%C3%B3n.pdf>>. Acesso em: novembro de 2015.

VITÓRIA. Prefeitura Municipal de Vitória. **Companhia de Desenvolvimento de Vitória**. 2015. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/cdv>>. Acesso em: novembro de 2015.

ANEXO 1 Quadro comparativo entre as agências identificadas

Capital/UF	Ano	Legislação	Nat. Jurídica	Situação	Web Portal	Outras mídias	Parque ind/tec	Incubadora	Parceria Público-Privada	Parceria com universidades
Florianópolis/SC	2012	Lei nº 432	Dir. Público	Consolidada	Webpage	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Curitiba/PR	2007	Lei nº 12.439	Dir. Privado	Consolidada	Site	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
São Paulo/SP	2007	Lei nº 14.517	Dir. Privado	Consolidada	Site	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Rio de Janeiro/RJ	2010	Não consta**	Dir. Privado	Consolidada	Site	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Vitória/ES	1980*	Lei nº. 2.669	Dir. Privado	Consolidada	Site	Sim	Em planejamento	Sim	Sim	Sim
Belo Horizonte/MG	2005	Lei nº 9011	Dir. Público	Consolidada	Webpage	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Salvador/BA	2015	Não consta**	Dir. Público	Em implementação	Webpage	Não	Em implementação	Em implementação	Sim	Em implementação
João Pessoa/PB	2005	Lei nº 10.429	Dir. Público	Não consolidada	Webpage	Não	Em planejamento	Em planejamento	Em planejamento	Em planejamento
Fortaleza/CE	1999	Lei nº8.283	Dir. Público	Não consolidada	Webpage	Não	Em planejamento	Não	Em planejamento	Em planejamento

Fonte: Elaboração própria

* Início de suas atividades: 1987.

** Informação não encontrada.